

Concurso Público

Conhecendo o IBGE

Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão

Nelson Barbosa

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Presidenta

Wasmália Bivar

Diretor-Executivo

Fernando J. Abrantes

Órgãos específicos singulares

Diretoria de Pesquisas

Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Geociências

Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática

Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Maysa Sacramento de Magalhães

Sumário

| | |
|--|----|
| Missão, visão e valores institucionais | 9 |
| Breve história da Instituição | 11 |
| Missão, Visão e Valores | 12 |
| Missão | 12 |
| Visão | 13 |
| Valores | 13 |
| A estrutura do IBGE | 15 |
| A estrutura do IBGE | 17 |
| I Órgãos colegiados de direção superior | 18 |
| II Órgão de assistência direta e imediata ao presidente | 18 |
| III Órgãos seccionais | 20 |
| IV Órgãos específicos singulares | 21 |
| V Órgãos descentralizados | 25 |
| A Diretoria de Geociências, seus produtos e o papel das Agências | 27 |
| Competências e produtos da Diretoria de Geociências | 29 |

| | |
|---|----|
| A participação das Agências nos trabalhos da DGC | 34 |
| A Diretoria de Pesquisas e seus produtos | 37 |
| Introdução | 39 |
| Produção de Informações Estatísticas | 40 |
| Estatísticas sociais e demográficas | 41 |
| 1 Pesquisas Domiciliares | 41 |
| 2 Pesquisas Baseadas em Registros Administrativos ou Estabelecimentos | 43 |
| Estatísticas econômicas | 45 |
| Núcleo Estruturador: Cadastro Central de Empresas – CEMPRE | 45 |
| 3 Pesquisas Estruturais ou Anuais | 46 |
| 4 Pesquisas Conjunturais ou Mensais | 47 |
| 5 Pesquisas Especiais | 49 |
| Estatísticas agropecuárias | 50 |
| Núcleo Estruturador: Censo Agropecuário | 50 |
| 6 Pesquisas Estruturais Anuais | 50 |
| 7 Pesquisas Conjunturais | 51 |

| | |
|---|----|
| Estatísticas de preços | 53 |
| 8 Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC | 53 |
| 9 Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI | 54 |
| 10 Índice de Preços ao Produtor – IPP | 54 |
| Sínteses econômicas, sínteses sociais e estudos | 55 |
| 11 Sínteses Econômicas - Exemplos | 55 |
| 12 Sínteses Sociais - Exemplos | 55 |
| Interlocução, articulação e mobilização do IBGE para a execução dos grandes projetos institucionais | 57 |
| Formação e funcionamento das Agências de Coleta | 59 |
| Composição e articulação das Agências | 61 |
| Sigilo das informações | 67 |
| Introdução | 69 |
| Publicação impressa | 70 |
| Publicação digital | 70 |
| Arquivo on-line | 70 |

| | |
|---|----|
| Banco de dados | 70 |
| Arquivo de microdados | 70 |
| Acesso Especial | 71 |
| 1 Norma de Serviço da Diretoria de Pesquisas Nº 001/2010, de 4/10/2010 | 72 |
| 2 Serviço de Acesso a Dados Não Desidentificados - Usuários Externos | 72 |
| Grupo de Trabalho sobre Sigilo de Informações em Grades Estatísticas | 73 |
| Referências | 76 |
| Capítulo 1 | 76 |
| Capítulo 2 | 76 |
| Capítulo 3 | 77 |
| Capítulo 4 | 78 |
| Capítulo 5 | 78 |
| Capítulo 6 | 79 |
| Anexos | 81 |

| | |
|--------------------|----|
| Anexo 1 | 83 |
| Anexo 2 | 85 |
| Anexo 3 | 86 |
| Anexo 4 | 87 |
| Anexo 5 | 88 |
| Anexo 5A | 88 |
| Anexo 5B | 89 |
| Anexo 5C | 90 |
| Anexo 5D | 91 |
| Anexo 5E | 92 |
| Anexo 6 | 93 |
| Anexo 7 | 94 |
| Pontos culminantes | 94 |
| Anexo 8 | 95 |
| Anexo 9 | 96 |
| Anexo 10 | 97 |

| | |
|---|-----|
| Anexo 11 | 98 |
| Anexo 12 | 99 |
| Anexo 13 | 100 |
| Cronologia da rede de coleta do IBGE (1936-2002) | 100 |
| Anexo 14 | 103 |
| Área de abrangência das Agências do IBGE e Unidades da Federação - 2015 | 103 |
| Anexo 15 | 104 |
| Quantitativo das Agências por Unidades da Federação | 104 |

Capítulo 1

Missão, visão e valores institucionais

Breve história da Instituição

Durante o período imperial, devido à necessidade do governo de obter dados estatísticos para melhor conhecer o País, criou-se, em 1871, a Diretoria Geral de Estatística – DGE, com subordinação ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, para organizar as atividades estatísticas nacionais e realizar, no ano seguinte, o primeiro recenseamento feito no Brasil. Com a instalação da República, o novo governo reorganizou a DGE e ampliou suas atividades, implantando o registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos.

Este órgão nacional de estatística realizou, de 1889 até 1931, três recenseamentos gerais (em 1890, 1900 e 1920) até ser extinto após a Revolução de 1930. As suas atribuições foram repartidas entre os ministérios.

Mário Augusto Teixeira de Freitas, um pensador atuante do Ministério da Educação, observou a necessidade de um órgão capacitado a articular e coordenar as pesquisas estatísticas, unificando a ação dos serviços especializados em funcionamento no País. Com a ajuda de outros homens ilustres, convenceu o presidente Getúlio Vargas a criar, em 1934, o Instituto Nacional de Estatística - INE.

Assim, pelo Decreto nº 24.609, de 6 de julho de 1934, foi criado o Instituto Nacional de Estatística, entidade de natureza federativa, tendo por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da Organização Política da República, bem como da iniciativa privada, promover e executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento de todas as estatísticas nacionais. O Instituto só foi devidamente instalado em 29 de maio de 1936, sob a presidência do então ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares.

Mais tarde, esse instituto passou a denominar-se Conselho Nacional de Estatística.

Nesse ano, como consta na Resolução nº 18, do Conselho Nacional de Estatística - CNE, falava-se da necessidade de organização do Conselho Brasileiro de Geografia - CBG como órgão central de um sistema coordenador das instituições geográficas nacionais.

No ano seguinte, o Decreto nº 1.527, de 24 de março de 1937, criava o Conselho Brasileiro de Geografia - CBG, integrando-o ao CNE, sob a mesma presidência, com procedimentos e práticas administrativas semelhantes às do órgão de estatística. Na Resolução nº 31 do Conselho Nacional de Estatística - CNE estava instituída a expansão do Instituto de Estatística Brasileiro, com os serviços de estatística e geografia trabalhando em mútua cooperação, sugerindo, ainda um novo nome para o instituto.

A nova denominação do Instituto de Estatística chegaria seis meses depois, por intermédio do Decreto-Lei nº 218, de 26 de janeiro de 1938, assinado pelo presidente Getúlio Vargas.

Estava criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. Desde então, o órgão identifica, mapeia e analisa o território, conta a população, mostra como a economia evolui através do trabalho e da produção das pessoas e revela como elas vivem.

De forma resumida, nos quase 80 anos de existência do IBGE, a Instituição e seus servidores estiveram vinculados ao Governo Federal da seguinte forma:

- Entre 1936 e 1967, o instituto, que viria a se chamar IBGE, esteve vinculado diretamente à Presidência da República, e os servidores eram regidos pela legislação do funcionalismo público.
- Entre 1967 e 1990, com a criação da Fundação IBGE, pelo Decreto-Lei nº 161 de 13/02/1967, os servidores passaram ter contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Nessa época, o IBGE passou a estar subordinado a um ministério, da área de Planejamento, Fazenda ou Economia. Quando foi promulgada a Lei nº 5.878 de 11 de maio de 1973, que dispõe sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o instituto estava sujeito à supervisão do Ministro de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.
- A partir de 1990, já na vigência da Constituição de 1988, o IBGE e todos os seus funcionários passaram a ser regidos pelo Regime Jurídico Único - RJU, estabelecido pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Encontrava-se vinculado ao então denominado Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.
- Em 1993, com a Lei nº 8.691, de julho de 1993, o IBGE passou a fazer parte do Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Federais, ainda sob o RJU, porém vinculado ao Ministério do Planejamento.
- A partir de 2006, a Lei nº 11.355, de outubro de 2006, instituiu o Plano de Carreiras e Cargos do IBGE, composto por cargos regidos pelo RJU, sendo o IBGE um órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Missão, Visão e Valores

Missão

A missão deve declarar, sucintamente, a razão de ser da instituição, a finalidade de sua existência, revelando o que ela faz e para que faz. A missão do IBGE procede da essencialidade do bem público que produz, “a informação”, na medida em que sem uma base informacional capaz de atender às necessidades de todos os setores da sociedade, atores como governos, empresas e cidadãos estarão embasando suas decisões em informações fragmentadas e imprecisas.

“Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania.

Visão

A visão de uma organização direciona os seus rumos e descreve o futuro desejado, em um tempo predeterminado. Ela traduz como a organização quer ser vista e reconhecida, projetando as oportunidades futuras e concentrando esforços na busca dessas oportunidades.

Visão do IBGE para o ano de 2020.

“Ser reconhecido e valorizado, no país e internacionalmente, pela integridade, relevância, consistência e excelência de todas as informações estatísticas e geocientíficas que produz e dissemina em tempo útil.

Valores

Conjunto de crenças impulsionadoras de comportamentos cotidianos a serem seguidos por seus membros e que garantem ao IBGE o papel de provedor independente de informações para o país. A percepção clara com relação aos valores é crucial, pois são eles que dão sustentação à filosofia da organização, a qual engloba a natureza, a função e o objetivo das ações em que se está envolvido. Para o IBGE foram identificados cinco valores fundamentais que devem nortear os servidores da Instituição no desempenho de suas atividades. São eles:

Ética

É a dignidade e a consciência dos princípios morais que regem a ação humana na organização, de acordo com os preceitos constitucionais e a ética do serviço público. No caso da produção estatística e geocientífica do IBGE, é agir de modo a manter a confiança nas informações oficiais, tomar decisões com independência, de acordo com considerações estritamente profissionais, com princípios científicos e com garantia do sigilo das informações individualizadas que levanta para suas pesquisas.

Transparência

É garantir o acesso à informação, dando publicidade aos dados produzidos pela Instituição e às normas científicas adotadas sobre fontes, métodos e procedimentos, obedecendo as regras da confidencialidade dos dados individualizados. É, também, criar espaço de interlocução com usuários na implantação de novos projetos ou revisão dos existentes e noticiar as grandes mu-

danças projetadas com impacto nas informações oferecidas à sociedade. No âmbito da gestão organizacional, além de fortalecer o processo de comunicação interna, o IBGE deve tornar público todos os seus atos de pessoal e de gasto público.

Responsabilidade

É ter o dever de prestar informações estatísticas e geocientíficas de qualidade para o governo e a sociedade, assumindo todas as consequências dos seus atos e procedimentos na produção e disseminação de informações. É, também, aprimorar procedimentos de coleta de dados que minimizem a carga dessas atividades sobre os informantes. Significa, ainda, zelar pelo patrimônio e recursos financeiros públicos.

Imparcialidade

É honrar o direito de todos (governo e sociedade) à informação pública de qualidade e de utilidade, oferecendo dados e análises independentes e objetivas sobre a situação econômica, demográfica, social, ambiental e geocientífica, com garantia de igualdade de acesso e sem nenhuma interferência no resultado obtido.

Excelência

É buscar, sempre, o aprimoramento na produção e divulgação de informações estatísticas e geocientíficas, mantendo rigor metodológico, técnico e operacional, com padrões de qualidade reconhecidos nacional e internacionalmente. É, também, garantir uma gestão de excelência no que se refere a recursos humanos, materiais e financeiros.

E, com o objetivo de cumprir sua missão, o IBGE:

- Identifica, mapeia e analisa o território;
- Conta a população;
- Mostra como a economia evolui através do trabalho e da produção das pessoas; e
- Informa como a população vive.

Ao revelar a situação econômica, social e demográfica na perspectiva do espaço territorial nacional, o IBGE faz um retrato objetivo do País provendo a sociedade e os governos com informações estatísticas e geocientíficas oficiais confiáveis.

Para saber mais sobre a Instituição acesse: http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/documentos_institucionais.shtm.

Capítulo 2

A estrutura do IBGE

A estrutura do IBGE

O **Regimento Interno da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** – IBGE, foi aprovado pela **Portaria nº 215**, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 12 de agosto de 2004. Este regimento regula e descreve as competências dos órgãos da instituição. A Figura 2.1 mostra o organograma atual, representando a Presidência e suas unidades subordinadas.

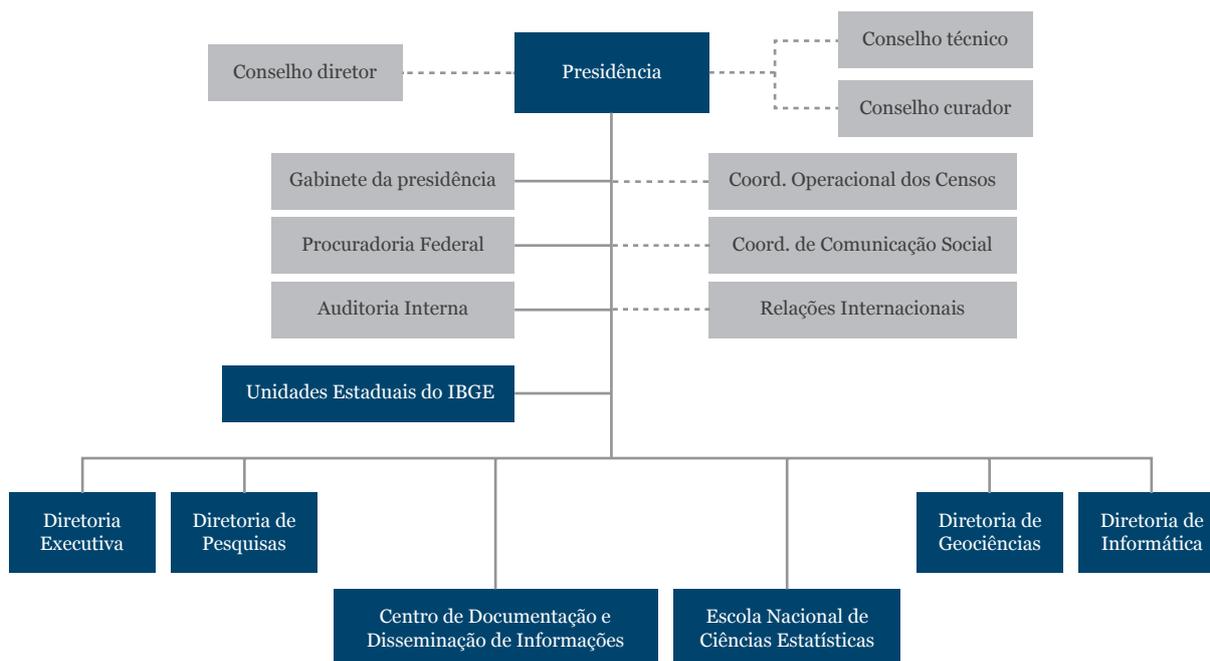


Figura 2.1: organograma atual do IBGE.

As estruturas organizacionais são dinâmicas, assim sendo, os órgãos do IBGE têm se modificando nos últimos anos, por motivos operacionais, avanços tecnológicos e por necessidade de descentralização de serviços. Estas adaptações promoveram alterações na estrutura de algumas unidades e foram regulamentadas através de Resoluções do Conselho Diretor.

O Regimento Interno subdivide as unidades organizacionais do IBGE, por critérios de hierarquia e função, da seguinte forma:

- I.* órgãos colegiados de direção superior
- II.* órgão de assistência direta e imediata ao presidente
- III.* órgãos seccionais
- IV.* órgãos específicos singulares
- V.* órgãos descentralizados

I Órgãos colegiados de direção superior

Os três órgãos colegiados¹ do IBGE são o Conselho Técnico, o Conselho Curador e o Conselho Diretor.

O **Conselho Técnico** acompanha e pronuncia-se sobre questões referentes ao planejamento e à execução das atividades inerentes à missão institucional do IBGE. É composto pelo Presidente e por dez conselheiros escolhidos e designados pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, dentre pessoas de reconhecida representatividade e competência técnica e profissional na área da produção ou utilização de informações estatísticas e geocientíficas.

O **Conselho Curador** tem como função fiscalizar, acompanhar e controlar a gestão patrimonial, econômica, orçamentária e financeira do IBGE. É composto pelo Presidente da Fundação IBGE e mais cinco representantes designados pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O **Conselho Diretor**, composto pelo Presidente, Diretores e Coordenadores Gerais, estabelece as principais políticas de atuação da Fundação IBGE, bem como a política de recursos humanos e de distribuição de cargos em comissão e funções gratificadas, publicando seus atos e deliberações. Coordena e avalia, periodicamente, o desempenho das unidades organizacionais do IBGE. Pronuncia-se sobre propostas de modificações do estatuto e do regimento interno, bem como sobre a celebração de convênios e parcerias. Este colegiado submete ao Conselho Técnico as propostas do programa de trabalho anual e plurianual e de orçamentos-programa e encaminha, à apreciação do Conselho Curador, os balancetes, o balanço, a prestação anual de contas, as propostas de aquisição, de cessão, de alienação, ônus e encargos ou doação de bens móveis.

II Órgão de assistência direta e imediata ao presidente

O **Gabinete da Presidência** é o órgão que presta assistência direta e imediata ao presidente. Tem como atribuição coordenar a agenda do Presidente, assistindo a ele na representação política e social, na organização de viagens, reuniões interinstitucionais e com representantes das unidades organizacionais do IBGE. Articula-se com órgãos em nível de governo federal nas visitas de autoridades e na realização de solenidades conjuntas em lançamentos de pesquisas, divulgações de resultados produzidos, por projetos realizados em parceria, ou quaisquer eventos

¹ **Órgãos colegiados** são aqueles em que as decisões são tomadas em grupo, com o aproveitamento de experiências diferenciadas dos representantes. É um tipo de gestão na qual a direção e as decisões são compartilhadas por um conjunto de pessoas com igual autoridade. No órgão colegiado inexistente a decisão de somente um membro.

que incluam a participação do Presidente do IBGE. Recebe, analisa e processa as solicitações de audiências com o presidente, assim como realiza o trabalho de articulação com as unidades organizacionais do IBGE para tomada de decisões no âmbito da Presidência.

Cabe ao Gabinete, ainda, a preparação e o envio de toda a documentação oficial, tais como portarias e resoluções, para publicação em Boletim Interno – BI, tratando e armazenando estes atos no Sistema de Administração Informatizado dos Atos Deliberativos do IBGE – SIAD. Também recebe, encaminha e responde às correspondências dirigidas ao Presidente e procede às autorizações de viagens a serviço, e de despesas com passagens e diárias dos servidores.

Áreas de assessoramento da Presidência

A Resolução do Conselho Diretor nº 10/2005 definiu a criação de três áreas subordinadas à Presidência do IBGE: a Assessoria de Relações Internacionais (GPR/RI), a Coordenação de Comunicação Social (CCS) e a Coordenação Operacional dos Censos (COC).

A **Assessoria de Relações Internacionais (GPR/RI)** sistematiza e coordena a formulação de políticas para negociação junto a organismos internacionais de fomento e financiamento a pesquisas, projetos e convênios de cooperação internacional para aprimorar o desenvolvimento técnico institucional. Promove a inserção global do IBGE acompanhando missões, eventos e representações diplomáticas, estabelecendo intercâmbios e relacionamentos com instituições e governos de diversos países para o desenvolvimento de programas e acordos de cooperação técnica internacionais. A **Coordenação de Comunicação Social (CCS)** trabalha para dar visibilidade à missão institucional criando e aperfeiçoando o fluxo de informações dentro da instituição e entre o IBGE e a sociedade, por meio dos veículos de difusão de informação como jornais, revistas, rádios, TVs, páginas na Internet. Produz releases² e convites, organiza entrevistas coletivas, com a mídia em geral, para divulgar resultados de pesquisas e novas publicações do IBGE. Coordena e apoia a divulgação das informações para a mídia nas Unidades Estaduais. Pesquisa e consolida em clipping³ o que a mídia cita ou produz sobre o IBGE.

A **Coordenação Operacional dos Censos (COC)** planeja e acompanha o programa de treinamentos, o desenvolvimento de sistemas de planejamento e de suporte às operações censitárias, as comissões censitárias municipais, o desenvolvimento de aplicações para a coleta de dados e

² **Release** é um texto objetivo e sintético distribuído à imprensa em linguagem jornalística. Deve conter informações de interesse da empresa ou órgão que está sendo assessorado. Tem como função básica levar uma notícia à mídia que sirva de apoio, atração, pauta e provoque pedidos de entrevistas ou informações complementares (R7, 2015).

³ **Clipping** é uma expressão idiomática da língua inglesa que define o processo de selecionar notícias em meios de comunicação como jornais, revistas, e outros geralmente impressos, para colecionar e organizar os recortes sobre assuntos de interesse (n.a).

sistemas gerenciais como a Base Operacional Geográfica - BOG, Banco de Estruturas Territoriais – BET, Banco de Dados Operacionais – BDO e o Sistema de Indicadores Gerenciais de Coleta - SIGC. Também coordena as atividades do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – CNEFE, gerencia o orçamento e acompanha o cronograma das atividades censitárias.

O IBGE definiu, a partir do Censo Demográfico de 1991, que as decisões sobre as operações censitárias deveriam ser tomadas em uma instância superior de planejamento, organização e acompanhamento. Criou, então, a Comissão de Planejamento e Organização dos Censos (CPO), fórum de discussões e decisões sobre as atividades relacionadas aos censos. A COC atua, também, como secretaria-executiva da CPO.

III Órgãos seccionais

De acordo com o Regimento Interno, três órgãos seccionais⁴ prestam assessoria à Presidência do IBGE: a Auditoria Interna, a Procuradoria Federal no IBGE e a Diretoria Executiva.

A **Auditoria Interna** é, administrativamente, vinculada ao Conselho Curador e tem como finalidade básica prestar consultoria e comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos, avaliar os resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística do IBGE. Está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (Lei nº 10.180/2001; IN nº 01/2001 – Ministério da Fazenda/Secretaria Federal de Controle Interno).

A **Procuradoria Federal no IBGE** é um órgão, vinculado à Advocacia Geral da União – AGU, que presta consultoria, assessora e representa o IBGE judicial e extrajudicialmente, defendendo os interesses da instituição. Subdivide-se em duas Coordenações: Coordenação para Assuntos de Contencioso (COACONT) e a Coordenação para Assuntos de Consultoria (COACON).

Os serviços de assistência jurídica às Unidades Estaduais do IBGE são executados pela Divisão de Relação com as Unidades Descentralizadas (DIRUD). Os serviços jurídicos estão disponíveis nas seguintes regiões: Sul (SEJUR/SUL), Sudeste (SEJUR/SE), Nordeste (SEJUR/NE), Centro-Oeste (SEJUR/CO) e uma Unidade Descentralizada no Pará (UD/PA).

A **Diretoria Executiva (DE)** exerce atividades de planejamento e coordenação geral, bem como a organização, a orientação e a execução das atividades relativas à administração de

⁴ Órgãos seccionais são órgãos ou entidades da Administração Pública Federal e, ou, Estaduais direta ou indireta que prestam consultoria, assessoramento, ou atuam no controle e fiscalização de atividades.

recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, finanças e contabilidade, dando suporte às unidades descentralizadas do IBGE na realização dessas atividades. A partir de 2015 a estrutura da DE foi alterada, instituindo-se, no âmbito daquela diretoria, as gerências de Sistemas Administrativos (DE/GSA), de Suporte à Rede de Informática (DE/GSURE), de Processos Administrativos Disciplinares (DE/GEPAD), de Documentação Administrativa (DE/GEDAD), de Apoio Administrativo e quatro Gerências de Atendimento Administrativo (GAT). As quatro coordenações de Orçamento e Finanças, Planejamento e Supervisão, Recursos Humanos e Recursos Materiais foram mantidas. As competências de cada uma destas unidades se encontram descritas na Resolução do Conselho Diretor nº 04/2015. A Figura 2.2 mostra o organograma atual da DE.

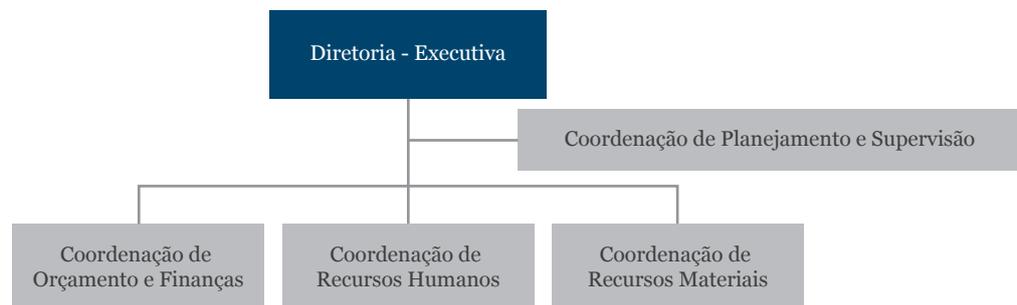


Figura 2.2: organograma atual da Diretoria Executiva (R.CD nº 04/2015, de 11/02/2015).

IV Órgãos específicos singulares

O IBGE possui como órgãos específicos singulares a Diretoria de Pesquisas (DPE), Diretoria de Geociências (DGC), a Diretoria de Informática (DI), Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI) e Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE).

A **Diretoria de Geociências (DGC)** executa as ações que cabem ao IBGE na coordenação das ações do Plano Geodésico Fundamental e do Plano Cartográfico Básico. Produz mapeamentos sistemáticos e levantamento de informações básicas nas áreas de Geodésia, Cartografia, Estruturas Territoriais, Geografia, Recursos Naturais e Meio Ambiente. Integra os componentes físicos, econômicos e sociais para produzir análises espaciais, indicadores, diagnósticos e zoneamentos ambientais e, desta forma, subsidiar as ações de planejamento governamental e gerenciamento do Território Nacional. Sua estrutura, definida pelas Resoluções do Conselho Diretor nº 19/2008 e 18/2013, é composta por quatro gerências e cinco coordenações: Gerência de Planejamento e Supervisão (DGC/GPS), Gerência de Documentação e Informação (DGC/GDI), Gerência de Redes e Sistemas (DGC/GRS), Gerência de Relações Interinstitucionais da INDE (DGC/GRI), Coordenação de Geodésia (DGC/CGED), Coordenação de Cartografia (DGC/CCAR), Coordenação de Estruturas Territoriais (DGC/CETE), Coordenação de Geografia (DGC/CGEO), Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais (DGC/CREN). A Figura 2.3 mostra a atual estrutura da DGC.

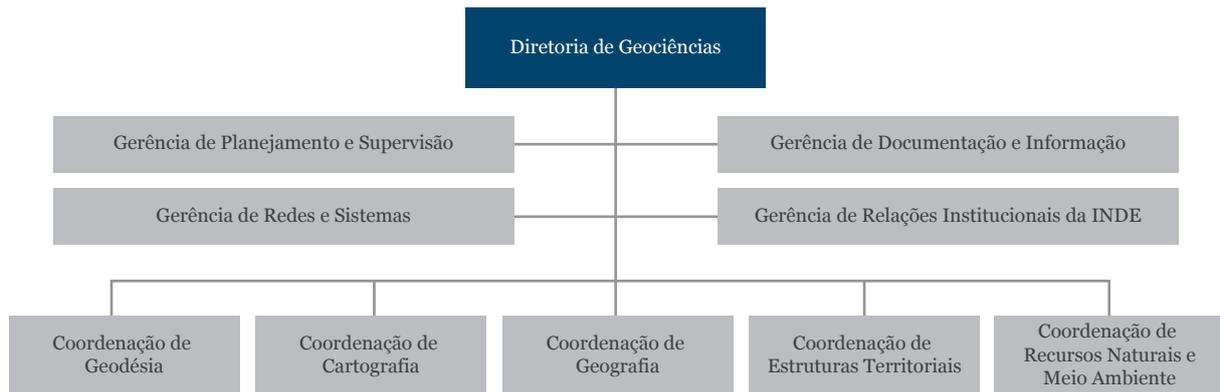


Figura 2.3: organograma atual da Diretoria de Geociências (R.CD n° 19/2008, de 10/08/2008).

O IBGE, através da DGC, responde pela coordenação técnica do Sistema Cartográfico Nacional e pela secretaria-executiva da Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR), órgão colegiado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Entre as diversas ações da CONCAR destaca-se a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), que integra tecnologias, políticas e procedimentos de coordenação e monitoramento, padrões e acordos, necessários para facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais de origem federal, estadual, municipal e distrital. É a unidade gestora do Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais (DBDG), componente da INDE.

As atividades descentralizadas executadas pelas gerências e supervisões implantadas nas Unidades Estaduais, em 2006, são coordenadas pela DGC na construção e manutenção das Bases Territoriais, nos levantamentos de geodésia, cartografia, recursos naturais e conservação e manejo do Centro de Estudos Ambientais do Cerrado.

A **Diretoria de Pesquisas (DPE)** possui sua estrutura atual definida pela Resolução do Conselho Diretor n° 13/2015 (Anexo 10). Este órgão singular produz e sistematiza estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística, para retratar a situação demográfica, econômica, social, ambiental e administrativa do País. Executa as ações que cabem ao IBGE na coordenação do Sistema Estatístico Nacional, assim como em relação aos convênios de cooperação estatística. Estas competências são exercidas por quatro Gerências e nove Coordenações, diretamente subordinadas à Diretoria de Pesquisas, a saber: Gerência de Disseminação de Informações, Gerência de Planejamento e Orçamento, Gerência Técnica do Censo Demográfico, Gerência Técnica do Censo Agropecuário, Coordenação de Metodologia das Estatísticas de Empresas, Cadastros e Classificações, Coordenação de Agropecuária (DPE/COAGRO), Coordenação de Contas Nacionais (DPE/CONAC), Coordenação de Índices de Preços (DPE/COINP), Coordenação de Indústria (DPE/COIND), Coordenação de Métodos e Qualidade (DPE/COMEQ), Coordenação de População e Indicadores Sociais (DPE/COPIS), Coordenação de Serviços e Comércio (DPE/COSEC) e Coordenação de Trabalho e Rendimento (DPE/COREN). A Figura 2.4 apresenta o organograma atual da DPE.

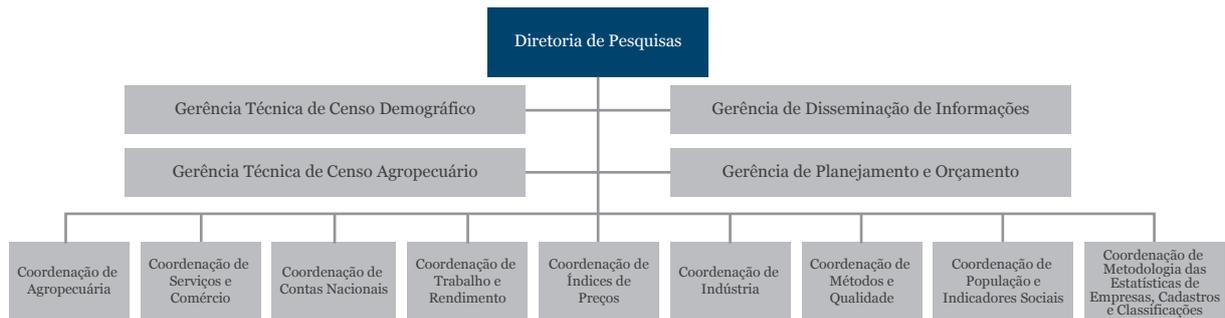


Figura 2.4: organograma atual da Diretoria de Pesquisas (R.CD nº 13/2015, de 02/06/2015).

As fases operacionais do Sistema Nacional de Índices de Preços, Sistema Nacional de Pesquisa de Custos Índices da Construção Civil e da Pesquisa Mensal de Empregos ocorrem de forma descentralizada, nas gerências e supervisões das Unidades Estaduais do IBGE e são coordenadas pela DPE.

A **Diretoria de Informática (DI)** planeja, organiza, coordena e supervisiona as atividades de processamento de dados e de informações científicas e administrativas, apoiando, promovendo e desenvolvendo os processos de informatização da Fundação IBGE. Responde pela administração do parque central de equipamentos e pela infraestrutura básica de informática. A DI administra, zela pela preservação e pela integridade e proporciona apoio técnico para o acesso as informações contidas na base de dados da instituição. Promove a prospecção e a difusão de novas tecnologias, assessorando todos órgãos do IBGE em sua utilização.

A estrutura atual da DI, representada na Figura 2.5, foi publicada no Boletim Informativo nº 34, em 15 de julho de 2009. As atividades da diretoria são exercidas por uma Gerência de Planejamento e Suporte(DI/GPS) e pelas seguintes coordenações: Coordenação de Informatização de Processos(DI/CINPR), Coordenação de Administração de Dados e Cadastros(DI/COADC), Coordenação de Tecnologia (DI/COTEC), Coordenação de Telecomunicações(DI/COTEL) e Coordenação de Operações e Serviços de Informática(DI/COPSI).



Figura 2.5: organograma atual da Diretoria de Informática (Boletim Informativo nº 34, de 15/07/2009).

A atuação descentralizada e, em rede, das Supervisões de Serviços de Informática, nas Unidades Estaduais, permite que os funcionários tenham acesso às atuais aplicações em produção, realizando seus trabalhos, nos escritórios distribuídos no território nacional. A atuação da DI

garante a implementação das pesquisas e o acompanhamento das coletas de dados em níveis nacional, estadual e municipal, por posto de coleta e por setor censitário.

O **Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI)** é o órgão que planeja, coordena e executa as atividades de organização e provimento de informações aos usuários. Desenvolve, promove e comercializa os produtos e serviços de informação divulgando a imagem do IBGE e preservando a memória institucional. A estrutura do CDDI está em consonância com a organização definida pela Portaria nº 215 e as suas atribuições são exercidas através da Coordenação de Atendimento Integrado (CDDI/COATI), Coordenação de Marketing (CDDI/COMAR), Coordenação de Produção (CDDI/COPRO) e Coordenação de Projetos Especiais (CDDI/COPEs), como mostra a Figura 2.6.

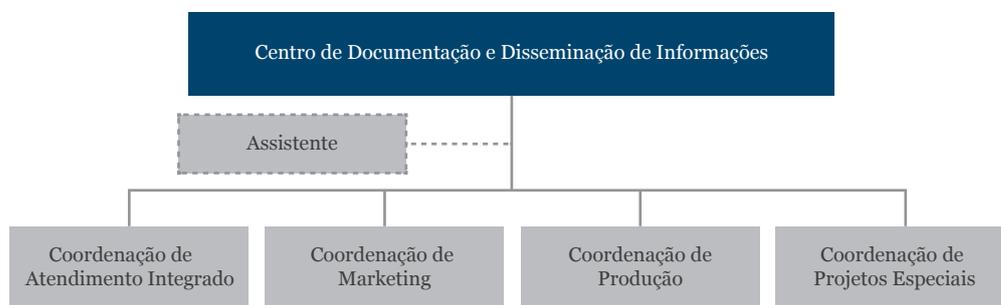


Figura 2.6: organograma atual da Centro de Documentação e Disseminação de Informações (R.CD nº 9/2005, de 14/02/2005).

O CDDI atua de forma descentralizada, através dos Serviços de Documentação e Disseminação de Informações (SDI) que coordenam, supervisionam e executam as atividades de atendimento por correspondência e em biblioteca, venda, comunicação, eventos e ações de marketing e comercialização de produtos em cada Unidade Estadual do IBGE. Os SDI são responsáveis pelo atendimento aos usuários que buscam informações produzidas ou armazenadas pelo IBGE, exercendo importante papel de disseminar informações sobre as pesquisas realizadas pelo IBGE no país.

A **Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE)** planeja e desenvolve atividades de ensino e pesquisa, nas áreas estatística e geográfica, mantendo cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. Tem como atribuições, também, capacitar e treinar profissionais nos diversos campos de atividades relacionados com as áreas de competência da Fundação IBGE. Colabora com organismos nacionais e internacionais especializados, para elevar os padrões de ensino e os treinamentos de natureza técnico-profissional. A sua estrutura foi revista e alterada pelas Resoluções do Conselho Diretor nº 08/2005 e 18/2013 e é, atualmente, composta pela Coordenação de Treinamento e Aperfeiçoamento (ENCE/CTA), Coordenação de Graduação (ENCE/CEGRAD) e pelas Gerências de Pós-Graduação (ENCE/GPG), de Informática (ENCE/GERINF), de Registro e Controle (ENCE/GRC), Administrativa (ENCE/GEAD) e Biblioteca (ENCE/SP-01).

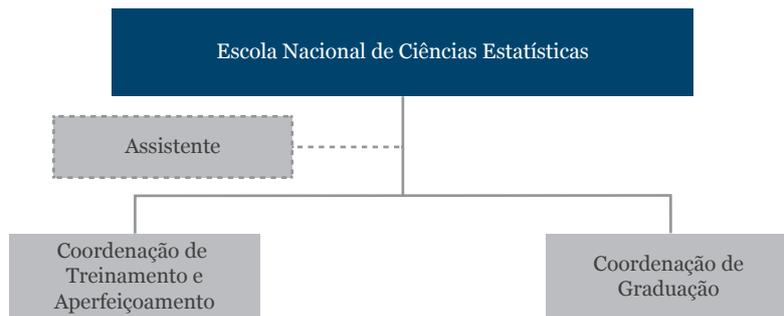


Figura 2.7: organograma atual da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

✓ Órgãos descentralizados

São compostos pelas 27 Unidades Estaduais (UEs) do IBGE, uma em cada capital estadual e uma no Distrito Federal, subordinadas imediatamente à Presidência do IBGE, que têm como competência planejar, coordenar, executar e controlar as atividades técnicas e administrativas da Fundação IBGE no limite de suas jurisdições. Supervisionam os trabalhos das Agências, em suas jurisdições, a partir das orientações e da supervisão técnico-normativa que recebem, diretamente, das Diretorias Executiva, de Pesquisas, de Geociências, de Informática, do Centro de Documentação e Disseminação de Informações e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas. As atribuições e competências das UEs foram definidas pela Resolução do Conselho Diretor nº 05/2006 (Anexo 12) e a Figura 2.8 mostra um organograma de uma Unidade Estadual com a representação das Gerências e Supervisões descentralizadas.



Figura 2.8: organograma atual das Unidades Estaduais (R.CD nº 05/2006, de 03/05/2006).

As Unidades Estaduais se subdividem em 590 Agências de Coleta de Dados, sendo que apenas 585 estão ativas. São implantadas nos principais municípios brasileiros para ampliar a abrangência de atuação e agilizar as coletas de dados do IBGE. Têm como competência manter a rotina administrativa da Agência para garantir o seu funcionamento. Controlar e executar a coleta de informações, a crítica visual e a entrada de dados relativos às pesquisas em execução, realizar levantamentos referentes à área de Geociências, efetuando e mantendo atualizados os registros

cartográficos e promover a disseminação das informações disponibilizadas pelo IBGE, representando a Instituição de acordo com as orientações recebidas dos Chefes das Unidades Estaduais.

Os estados de Roraima e Amapá ainda não possuem Agências de Coleta e as coberturas de pesquisas são realizadas pela própria UE. A Figura 2.9 contém o quantitativo atual de Agências por Unidade Estadual.

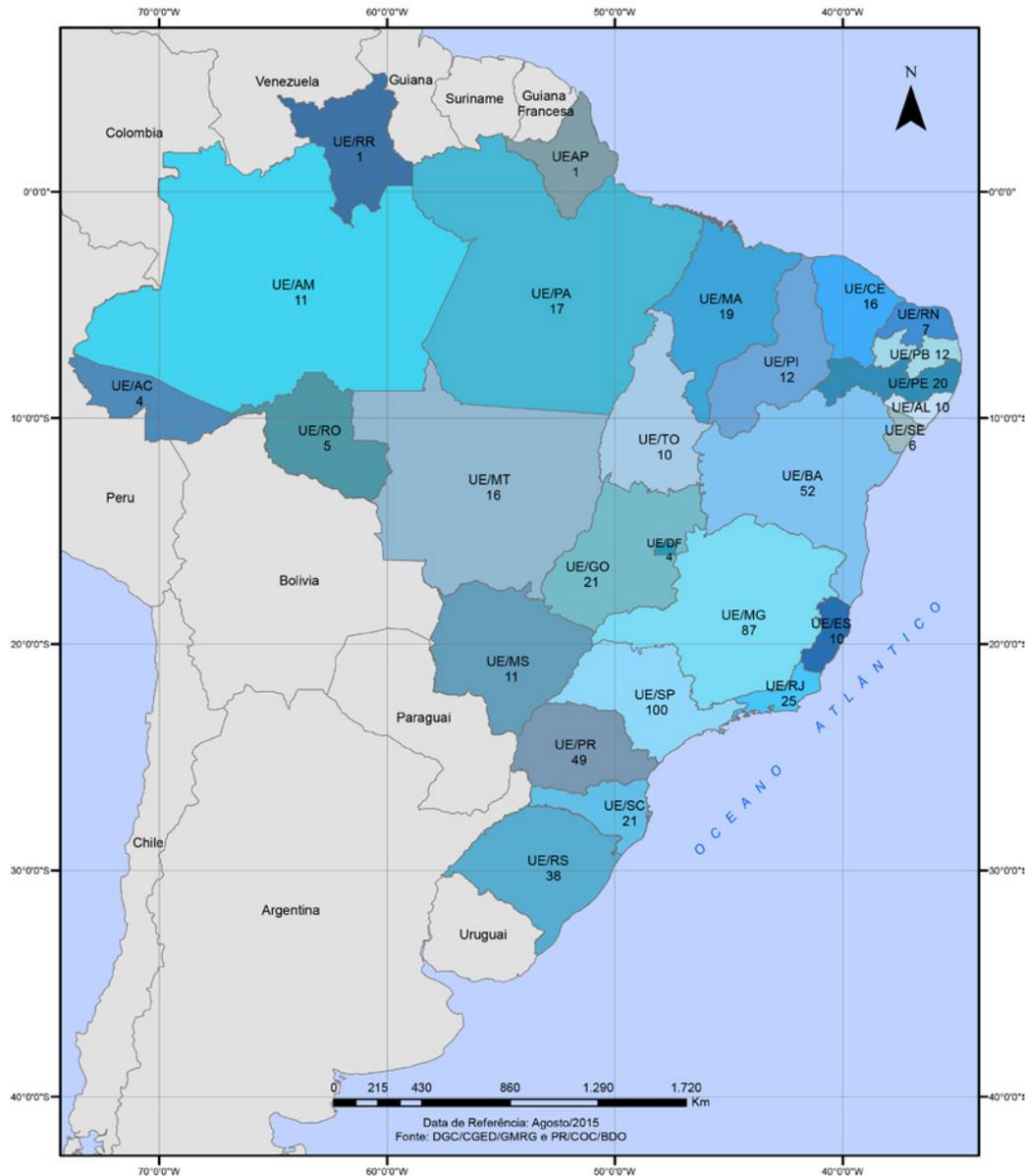


Figura 2.9: organograma atual das Unidades Estaduais (R.CD nº 05/2006, de 03/05/2006).

Capítulo 3

A Diretoria de Geociências, seus produtos e o papel das Agências

Competências e produtos da Diretoria de Geociências

A **Diretoria de Geociências (DGC)**⁵ executa as ações que cabem ao IBGE na coordenação das ações do **Plano Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico** e na coordenação técnica do **Sistema Cartográfico Nacional (Decreto-Lei nº 243/1967)**. Elabora mapeamentos sistemáticos e levantamentos de informações básicas nas áreas de Geodésia, Cartografia, Estruturas Territoriais, Geografia, Recursos Naturais e Meio Ambiente. Integra os componentes físicos, econômicos e sociais para produzir análises espaciais, indicadores, diagnósticos e zoneamentos ambientais para subsidiar as ações de planejamento governamental e o gerenciamento do território nacional.

Cabe, também, à DGC desempenhar, pelo IBGE, ações na **Comissão Nacional de Cartografia (CONCAR)**, órgão colegiado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) que fixa as diretrizes e bases da Cartografia brasileira. Como representante do IBGE, a DGC exerce a vice-presidência e atua como Secretária-Executiva da CONCAR, e responde pela gestão do **Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais (DBDG) da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE)**.

A **INDE** é uma iniciativa do Governo Federal, instituída pelo Decreto nº 6.666 de 27/11/2008, com o objetivo de facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais⁶ de origem federal, estadual, distrital e municipal.

O IBGE disponibiliza os dados que produz e fornece suporte para a infraestrutura de Tecnologia de Informação, gerenciando e mantendo o **Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais (DBDG)** que é uma ferramenta usada para catalogar, integrar e harmonizar dados geoespaciais das instituições produtoras. O visualizador da INDE possibilita o acesso centralizado aos dados produzidos pelo público de forma gratuita. Este acesso ocorre através do **Portal Brasileiro de Dados Geoespaciais – SIG Brasil**, lançado pela CONCAR, em abril de 2010.

Para cumprir suas atribuições relativas ao **Plano Geodésico Fundamental** o IBGE estabelece o **Sistema Geodésico Brasileiro – SGB**. Estas atribuições são desenvolvidas pela Coordenação de Geodésia (CGED) que implanta e mantém a infraestrutura geodésica de refe-

⁵ Competências definidas no Capítulo IV, Artigos 59 a 64, da Portaria MPOG nº 215/2004, Anexo 1 da Unidade 2.

⁶ Dados geoespaciais são dados ou conjunto de dados associados a uma localização na terra, de acordo com um sistema geodésico de referência, ou a sistemas globais de posicionamento apoiados por satélites.

rência ou um sistema de referência⁷ para o país. Este sistema é essencial às demandas de mapeamento, ordenamento da ocupação, construção de rodovias e estradas, energia, saneamento, comunicação, monitoramento da elevação do nível médio do mar e mudanças climáticas. Todos os dados e informações produzidos pelo **SGB** estão armazenados no **Banco de Dados Geodésicos – BDG** e podem ser consultados na página do IBGE⁸.

O SGB é composto por um conjunto de **redes geodésicas** formadas por estações geodésicas ativas e passivas ([Anexo 1](#)). As redes são denominadas de acordo com os dados que fornecem como: Rede planimétrica (latitudes e longitudes - [Anexo 2](#)), Rede altimétrica (altitudes - [Anexo 3](#)), Rede gravimétrica (dados sobre a aceleração da gravidade - [Anexo 4](#)) e Rede maregráfica (variações do nível do mar - [Anexo 5A](#), [Anexo 5B](#), [Anexo 5C](#), [Anexo 5D](#) e [Anexo 5E](#)).

O produto oferecido pelas redes do SGB é o **posicionamento geodésico** (latitude, longitude e altitude) utilizado tanto pelo IBGE, para o desenvolvimento de suas atividades de mapeamento, como por diversos usuários em atividades que exigem localização precisa.

O GPS trouxe muitas inovações tecnológicas e avanços nas atividades de navegação e posicionamento. A partir da década de 90 o IBGE começou a utilizar a tecnologia de navegação por satélite e introduziu a **Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS⁹ – RBMC** ([Anexo 6](#) - RBMC). Esta rede, desenvolvida pelo IBGE em parceria com diversas instituições, conta hoje com mais de 120 estações ativas no país que agilizam o fornecimento das componentes plani-altimétricas (latitude, longitude e altitude) em tempo real, através da internet. Os dois serviços produzidos por esta rede são: o **RBMC-IP¹⁰** - serviço para posicionamento em tempo real a partir das estações da RBMC e o **PPP¹¹** - Posicionamento por Ponto Preciso em tempo real utilizado pelos usuários para correções de posicionamento.

O IBGE é convidado a participar de campanhas geodésicas por outras instituições devido à precisão dos dados geodésicos que produz. Um desses trabalhos foi realizado em parceria científica com o Instituto Militar de Engenharia – IME, para atualização das altitudes das montanhas mais altas do Brasil; os resultados desta campanha são apresentados no [Anexo 7](#) e também estão disponíveis no Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 2012). Outra parceria foi realizada com a Comissão Demarcadora de Limites, órgão do Ministério das Relações Exteriores que solicitou a participação do IBGE para auxiliar na definição precisa dos limites extremos do país. Veja o vídeo *Extremo Norte do Brasil*.

⁷ Sistemas de Referência Terrestres ou Geodésicos são utilizados para identificar a posição de uma determinada informação na superfície da Terra. Estão associados a uma superfície de referência que se aproxima da forma da Terra, e sobre a qual são desenvolvidos todos os cálculos das suas coordenadas.

⁸ Acesso ao SGB: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geodesia/sgb.shtm>.

⁹ GNSS – Global Navigation Satellite System ou Sistema de Navegação Global por Satélite)

¹⁰ Para visitar o serviço on-line acesse: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geodesia/rbmc/ntrip/>.

¹¹ Para visitar o serviço on-line acesse: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geodesia/ppp/default.shtm>.

A Coordenação de Cartografia (CCAR) desenvolve ações que competem ao IBGE na coordenação técnica do **Sistema Cartográfico Nacional (SCN)**. A produção cartográfica se concretiza com o apoio de tecnologias digitais usando imagens de satélites e fotografias aéreas e outros insumos organizados em banco de dados geoespaciais. A CCAR produz Bases Cartográficas Contínuas, em diversas escalas pequenas e médias que são utilizadas para diversos fins como para a atualização do mapeamento temático e censitário e são, também, disponibilizadas na INDE para a sociedade.

Os dados cartográficos componentes do SCN constituem bases cartográficas de referência sobre as quais são espacializadas todas as informações produzidas pelo IBGE e outros órgãos do poder público. Este mapeamento sistemático brasileiro do (SCN) é produzido nas escalas de 1:25.000 a 1:1.000.000. As imagens e fotografias aéreas usadas como de produção também geram produtos de ampla aplicação.

A (BC250), produzida na escala 1:250.000, é um conjunto de dados geoespaciais de referência¹², estruturados em bases de dados digitais, permitindo uma visão integrada do território nacional. São cartas que fornecem informações sobre hidrografia, localidades, limites, sistema de transportes, estrutura econômica, energia e comunicações, abastecimento de água e saneamento básico. A BC250 compõe a Infraestrutura Nacional de Dados Geoespaciais do Brasil e é a escala de maior detalhamento que cobre todo o território nacional ([Anexo 8](#)).

O Mapeamento Topográfico é referenciado ao Sistema Geodésico Brasileiro, em cartas delimitadas por paralelos e meridianos, nas escalas 1:1.000.000, 1:250.000, 1:100.000, 1:50.000 e 1:25.000. Contempla acidentes geográficos físicos e culturais, naturais e artificiais como altimetria do terreno ou curvas de nível, hidrografia, relevo, sistemas de transportes, limites, localidades, obras e edificações, devidamente identificados por nomes, cores e/ou símbolos. É utilizado na confecção de Atlas, mapas murais e temáticos, para a avaliação da Divisão Territorial e para planejamentos e levantamentos geocientíficos, produtos utilizados no IBGE pela Coordenação de Estruturas Territoriais (CETE), Coordenação de Geografia (CGEO) e pela Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais (CREN). Atende a diversos órgãos governamentais, instituições educacionais públicas e privadas, institutos de pesquisas e à sociedade em geral ([Anexo 9](#)).

A Coordenação de Estruturas Territoriais (CETE) confecciona a base operacional do censo e pesquisas, na organização e cadastramento de estruturas territoriais para fins específicos. Responde pelas atividades de manutenção e de controle das estruturas territoriais institucionalizadas, e seus respectivos cadastros, para consolidação das malhas e das bases territoriais para os levantamentos estatísticos e acompanhamento da evolução da divisão político-administrativa.

¹² Dados geoespaciais são dados ou conjunto de dados associados a uma localização na terra, de acordo com um sistema geodésico de referência, ou a sistemas globais de posicionamento apoiados por satélites.

nistrativa nos seus diversos recortes territoriais.

A CETE produz a **Base Territorial (BT)** que é um conjunto de mapas e cadastros utilizado como referência para os processos de planejamento, coleta e divulgação das operações censitárias e de outras pesquisas e trabalhos realizados pelo IBGE. No âmbito do projeto Censo, a base territorial tem a finalidade de delimitar e descrever unidades mínimas de coleta (setores censitários), de forma a garantir o perfeito reconhecimento pelo recenseador de sua área de trabalho, evitando omissões e/ou duplicidades que possam prejudicar o levantamento e a cobertura dos domicílios. A integração da BT ao Cadastro de Endereços para Fins Estatísticos – CNEFE representou um grande avanço no Censo 2010. Possibilitou o georreferenciamento das localidades associado às bases digitais produzidas na DGC.

O IBGE é o principal usuário da informação sobre a divisão política e administrativa do Brasil. Segundo o Artigo 18 da Constituição Federal de 1988 é competência dos estados a definição dos limites, e o IBGE, através de Acordos de Cooperação Técnica, busca a representação destes limites. As alterações de limites municipais são comunicadas formalmente pelo estado ao IBGE e são devidamente atualizadas nos bancos de dados da Base Territorial.

A **Malha Municipal Digital do Brasil** e as **Malhas de Setores Censitários Rurais e Urbanos**¹³ são produtos que retratam a situação da Divisão Político-Administrativa - DPA do Brasil, através da representação vetorial das linhas definidoras das divisas estaduais, municipais, distritais, subdistritos e setores. Na página do IBGE estão disponíveis para download as malhas dos anos de 2000, 2001, 2005, 2007 e 2010.

A cada pesquisa censitária ou contagem populacional, os valores da **Área Territorial Oficial** do país são atualizados e reprocessados para incorporação das alterações decorrentes da criação de municípios ou outras atualizações legais da Divisão Político-Administrativa Brasileira – DPA. Os valores atuais estão em conformidade com a estrutura político-administrativa vigente em 01/07/2013, data de referência das Estimativas Populacionais 2013. Para a superfície do Brasil foi mantido o valor de 8.515.767,049 km², publicado no DOU nº 16 de 23/01/2013, conforme Resolução nº 01, de 15 de janeiro de 2013.

A Coordenação de Geografia (CGEO) agrega múltiplos temas extraídos das dimensões física, urbana, rural, econômica, social, política, considerando em suas análises os inúmeros elementos responsáveis pela dinâmica socioespacial. Estuda a dinâmica de ocupação do território, de modo a identificar e compreender os padrões regionais e definir recortes geográficos em diferentes escalas. Produz informações sobre a organização do espaço nacional e a dinâmica da malha político-administrativa do país. Os produtos desenvolvidos pela Geografia no IBGE

¹³ http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/default_prod.shtm#TERRIT

articulam dados estatísticos, socioeconômicos, bases cartográficas, informações de recursos naturais visando o conhecimento do quadro territorial nacional.

A CGEO desenvolve estudos de regionalização, organização do território redes e fluxos geográficos e tipologias do território que são usados para subsidiar o planejamento, elaborar políticas públicas, tomar decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias, identificar estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais. Oferece, entre vários produtos, os que seguem em destaque: Divisão Urbano-Regional; Regiões de Articulação Urbana¹⁴, mapas das Regiões Rurais 2015 ([Anexo 10](#)), Regiões de influência das cidades¹⁵, Áreas Urbanizadas do Brasil – 2005; Amazônia Legal ([Anexo 11](#)), Faixa de Fronteira, Semiárido ([Anexo 12](#)) e Zona Costeira.

A Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010 é um produto que fornece uma informação fundamental da geografia e da história da federação brasileira contada através dos mapas políticos. Os cartogramas e o banco de dados se encontram disponíveis para download na página do IBGE¹⁶.

A CGEO também gera produtos como o Atlas Nacional do Brasil (ANB), que integra insumos da DGC a resultados das estatísticas produzidas em Censos Demográficos e Agropecuários, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, por exemplo¹⁷.

A **Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais (CREN)** realiza levantamentos sistemáticos sobre geologia, geomorfologia, solos, vegetação, uso e cobertura da terra, recursos hídricos, fauna e flora, bem como estudos referentes às degradações ambientais, decorrente das interações entre os processos socioeconômicos, naturais e demográficos. Os dados são armazenados no Banco de Dados e Informações Ambientais – BDIA que permite consultas e informações armazenadas, avaliações qualitativas e quantitativas sobre a organização e a distribuição dos recursos naturais e a produção de Cartas e Mapas Temáticos, assim como Manuais Técnicos de Geociências a Vegetação Brasileira, de Geomorfologia, de Pedologia e de Uso da Terra¹⁸ que constituem obras de referência para aqueles que pesquisam ou mapeiam estes temas. Um exemplo de produto do BDIA é a publicação Geoestatísticas de Recursos Naturais da Amazônia Legal, estudo que contribui para detectar desequilíbrios e riscos ambientais decorrentes da ocupação do território.

Na linha de estudos ambientais, o IBGE integrou-se ao conjunto de esforços internacionais para concretização dos ideais e princípios formulados pela Organização das Nações Unidas, instituindo uma linha de pesquisa voltada à produção de indicadores sobre a relação meio

14 http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_divisao_urbano_regional.shtm

15 <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>

16 http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_evolucao.shtm

17 Os Atlas podem ser acessados em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/atlas.shtm>.

18 http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2015.shtm

ambiente, sociedade e desenvolvimento no Brasil. Após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, foi elaborada a primeira edição da obra Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – IDS, lançada durante a RIO+10 (Johannesburgo 2002). A publicação é bianual e sua última versão, lançada em 2015, bem como os demais volumes da série, podem ser acessados na página do IBGE¹⁹.

A participação das Agências nos trabalhos da DGC

A colaboração das Agências é primordial para o desenvolvimento de pesquisas e produtos da DGC. Na fase de planejamento das pesquisas censitárias diversas etapas são desenvolvidas contando com a participação das unidades descentralizadas do IBGE, principalmente, as tarefas que envolvem a Base Territorial (BT) e o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE.

O papel dos servidores é fundamental na articulação com os órgãos externos para obter o apoio e o envolvimento das comunidades locais de modo a garantir a boa execução das pesquisas. Os servidores atuam, também, na atualização da base cartográfica realizando ampla busca de informações sobre a Divisão Político-Administrativa (DPA) do território e para isso estabelecem contato com diversos órgãos governamentais sob a supervisão das SBTs. Os contatos com os órgãos responsáveis pela DPA são de suma importância para a delimitação de estruturas territoriais como limites urbanos e rurais, distritos, bairros, setores censitários, Unidades de Conservação, para a construção de cadastros alfanuméricos e arquivos gráficos usados na construção da BT.

O trabalho nas Agências consiste em operações de gabinete e de campo. Os procedimentos têm a finalidade de organizar os documentos obtidos, nas suas áreas de atuação, tratar e armazenar as informações que são utilizadas para alimentar, atualizar os bancos de dados e os arquivos digitais da base cartográfica mantidos pela Coordenação de Estruturas Territoriais.

No conjunto de documentos estão incluídos os mapas municipais, mapas de localidades, mapas de órgãos estaduais sobre Unidades de Conservação, mapas de áreas especiais, imagens de satélite disponíveis, limites descritos nas leis de criação de municípios, atos que delimitam perímetros urbanos, documentos legais de criação de subdivisões urbanas, documentos sobre limites de unidades para fins de planejamento e outras regiões definidas pelos órgãos estaduais e municipais.

Os servidores das Agências percorrem os municípios para auxiliar na identificação e classificação das áreas de apuração do censo, como por exemplo, áreas urbanizadas de cidades, vilas, bairros, aglomerados subnormais; aglomerados rurais; Terras Indígenas (TIs); aldeias indígenas; territórios quilombolas (TQs), entre outras.

¹⁹ http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2015.shtm

O CNEFE compreende os endereços de todas as unidades visitadas como, por exemplo, domicílios, empresas, estabelecimentos agropecuários, unidades não residenciais e outras registradas durante a realização da pesquisa. A delimitação garante a cobertura de todo o território nacional no período da coleta censitária, permite comparar informações entre censos. As unidades delimitadas são utilizadas como referência na apuração e na divulgação dos resultados das pesquisas.

Atualmente, a DGC conta com o apoio das Unidades Estaduais do IBGE e a atuação das Gerências de Geodésia e Cartografia (GGC), Gerências de Recursos Naturais (GRN) e Supervisões de Base Territorial (SBT) na realização de levantamentos geocientíficos. Outras oportunidades têm sido identificadas para que a participação das Agências nas atividades da DGC seja ampliada e desenvolvida periodicamente. Este é o caso das visitas às estações ativas da **RBMC** que podem ser efetuadas pelos servidores das Agências na identificação de possíveis problemas operacionais nas estações da RBMC. Este apoio será solicitado sempre que houver algum problema com os equipamentos da estação RBMC ou se houver interrupção na transmissão de dados.

Nesta tarefa o servidor da agência, inicialmente, acompanhará a equipe da GGC que atuará na manutenção da estação para conhecer os equipamentos que compõem a estação: **o marco geodésico, a antena, o receptor, a fonte e a rede (Internet local)**. Posteriormente, poderá verificar se existe algum problema com o fornecimento de energia elétrica, de internet no local e ver se o receptor está ligado. Poderá solucionar, localmente, o problema ou entrar em contato com a Gerência da RBMC.

No caso dos marcos geodésicos, das estações passivas implantadas pelo IBGE, a participação das Agências está se tornando imprescindível nos últimos anos. Isto porque a ocorrência de marcos destruídos está se intensificando. Nas últimas campanhas foram constatados percentuais de perdas de estações da ordem de 40 a 60%. Também tem crescido o número de demandas enviadas pelo serviço de atendimento ao usuário do IBGE no que se refere a informações sobre as estações geodésicas.

O IBGE precisa realizar diagnósticos mais eficazes sobre a situação das redes materializadas e para isso contará com a participação das Agências na verificação do estado físico dos marcos geodésicos. Resumidamente, a tarefa consiste em localizar os marcos, coletar as coordenadas sobre eles com GPS de navegação, realizar serviços de conservação, registros fotográficos e repassar as informações coletadas à CGED para atualização do Banco de Dados Geodésicos. A tarefa pode ser realizada uma vez ao ano, dependendo do número de marcos geodésicos existentes na área de atuação da Agência.

Durante as atualizações da Base Territorial e do CNEFE, as Agências, também poderão prestar uma importante contribuição para a produção cartográfica, coletando **nomes geográficos** para os mapeamentos e para alimentar e atualizar o Banco de Nomes Geográficos.

Capítulo 4

A Diretoria de Pesquisas e seus produtos

Introdução

O Artigo 50 do Regimento Interno do IBGE define as competências da Diretoria de Pesquisas - DPE, a saber:

Art. 50. À Diretoria de Pesquisas compete:

I - planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar estudos, pesquisas e trabalhos de natureza estatística relativos à situação demográfica, econômica, social, ambiental e administrativa do País; e

II - executar as ações que couberem à Fundação IBGE no âmbito da coordenação do Sistema Estatístico Nacional, assim como em relação aos convênios de cooperação em matéria estatística.

Além disso, as competências específicas das unidades – coordenações e gerências – da DPE são definidas por meio de Resolução do Conselho Diretor (R.CD), sendo a mais recente a de nº 13, de 02 de junho de 2015, disponível em Intranet IBGE > SDA (Acesso Rápido) > SIAD (Menu dos Sistemas) > Pesquisar (Atos e Documentos).

Na área da produção estatística, as pesquisas tratam de temas diversos de âmbito social, demográfico e econômico, utilizando-se dos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais estabelecidos pela Comissão de Estatística das Nações Unidas em 1994, e endossados pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2014.

Assim, vale definir o que são Estatísticas Oficiais e apresentar os seus 10 (dez) Princípios Fundamentais.

Estatísticas oficiais são informações produzidas e disseminadas por agências governamentais, em bases regulares, regidas pela legislação em matéria de estatística e/ou regulamentos administrativos, sujeitas ao cumprimento de um sistema padronizado de conceitos, definições, unidades estatísticas, classificações, nomenclaturas e códigos, para:

- Retratar as condições econômicas, sociais e ambientais;
- Fornecer subsídios para o planejamento, execução e acompanhamento de políticas públicas;
- Proporcionar suporte técnico para tomadas de decisões; e
- Consolidar o exercício da cidadania.

Os 10 **Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais** são:

6. Relevância, imparcialidade e igualdade de acesso;
7. Padrões profissionais e ética;
8. Responsabilidade e transparência;
9. Prevenção do mau uso dos dados;
10. Eficiência;
11. Confidencialidade;
12. Legislação;
13. Coordenação nacional;
14. Uso de padrões internacionais; e
15. Cooperação internacional.

Nessa linha de princípios de qualidade para a produção de estatísticas oficiais, o IBGE publicou, em 2013, o seu Código de Boas Práticas das Estatísticas²⁰, que estabelece 17 princípios e 80 indicadores de boas práticas, agrupados em três seções: (1) ambiente institucional e coordenação; (2) processos estatísticos; e (3) produtos estatísticos. Vale ressaltar que existe uma associação entre os princípios do Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE e os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais estabelecidos pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, apresentada na publicação de 2013.

Produção de Informações Estatísticas

As informações estatísticas produzidas pela Diretoria de Pesquisas podem ser classificadas em:

- Estatísticas Sociais e Demográficas;
- Estatísticas Econômicas;
- Estatísticas Agropecuárias;
- Estatísticas de Preços; e
- Sínteses Econômicas, Sínteses Sociais e Estudos.

²⁰ Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/codigo_boas_praticas.shtm.

Estatísticas sociais e demográficas

As pesquisas desta área produzem informações sobre as principais características da população brasileira: idade, sexo, cor ou raça, educação, trabalho, emprego, rendimento, orçamento familiar, habitação, migração, fecundidade, nupcialidade, mortalidade, saúde, saneamento básico, segurança alimentar, informalidade, assistência social, gestão pública municipal e estadual.

As informações estatísticas desta área são obtidas por meio de pesquisas domiciliares, ou seja, realizadas por meio de entrevistas em domicílios, ou são provenientes de registros administrativos mantidos por outras instituições.

1 Pesquisas Domiciliares

As estatísticas sociais e demográficas têm o Censo Demográfico como núcleo estruturador. Além do Censo Demográfico e da Contagem da População, algumas pesquisas domiciliares estão apresentadas a seguir.

- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD-C
- Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF
- Pesquisa Mensal de Emprego - PME
- Pesquisa de Economia Informal Urbana - ECINF
- Pesquisa Nacional de Saúde - PNS

Núcleo Estruturador: Censo Demográfico e Contagem da População

Constituem as únicas fontes de referência sobre a situação de vida da população nos municípios e em seus recortes internos; produzem informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões da iniciativa privada; e fornecem o perfil demográfico da população em níveis geográficos detalhados, fornecendo suporte a políticas sobre educação, saúde, emprego e renda, esporte, idosos, crianças etc.

O Censo Demográfico, realizado a cada dez anos, é o núcleo das estatísticas sociodemográficas. No intervalo entre dois Censos, é realizada a Contagem da População. Estas operações censitárias permitem acompanhar o crescimento, a distribuição geográfica e a evolução de características da população ao longo do tempo. Seus resultados fornecem as referências para as projeções populacionais, com base nas quais o Tribunal de Contas da União - TCU define as

cotas do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e, ainda, contribui para a definição da representação política do País quanto ao número de deputados federais, estaduais e vereadores.

Atualmente, as pesquisas domiciliares fazem parte do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – SIPD que foi desenvolvido com o objetivo de ampliar a capacidade do IBGE para atender a diversas demandas por informações sociodemográficas, tendo como base uma infraestrutura de amostragem única, dada pela Amostra Mestra de setores censitários.

O SIPD abrange a PNAD Contínua – integração da PNAD com a PME –, a POF e as Pesquisas Especiais, tal como foi a PNS, realizada em 2013.

1.1 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD

Realizada desde 1967, levanta, anualmente, informações sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios. Temas específicos abrangendo aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados.

1.2 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD-C

Implantada em 2012, seu objetivo é produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País e permitir a investigação contínua de indicadores sobre trabalho e rendimento. O tema central da pesquisa é trabalho, mas também está prevista a investigação de outros temas por meio de módulos específicos, por exemplo, habitação, trabalho infantil, educação, fecundidade.

1.3 Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF

Fornecer informações gerais sobre domicílios, famílias e pessoas, hábitos de consumo, despesas e recebimentos das famílias pesquisadas, tendo como unidade de Coleta os domicílios. Atualiza a cesta básica de consumo e obtém novas estruturas de ponderação para os índices de preços que compõem o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor do IBGE e de outras instituições. Veja o vídeo *IBGE Explica - POF*.

1.4 Pesquisa Mensal de Emprego – PME

Produz indicadores mensais sobre a força de trabalho com o objetivo de avaliar as flutuações e a tendência, a médio e a longo prazos, em distintas áreas de abrangência, tendo como principal

usuário o Governo Federal no que tange ao planejamento de políticas públicas. Essa pesquisa atende ainda aos estudiosos do mercado de trabalho oriundos de outras esferas governamentais, das universidades e das entidades privadas.

1.5 Pesquisa Economia Informal Urbana – ECINF

A pesquisa toma como unidade de investigação os domicílios nas áreas urbanas das Unidades da Federação e levanta, a partir da presença, nestes, de empregadores (com até 5 empregados) e/ou de trabalhadores por conta própria; as condições de realização da atividade econômica; e o volume de renda e ocupação por ela gerados.

1.6 Pesquisa Nacional de Saúde - PNS

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) é uma pesquisa domiciliar, quinquenal, de âmbito nacional, realizada em parceria com o Ministério da Saúde em 2013. Tem como objetivo caracterizar a situação de saúde e os estilos de vida da população, bem como a atenção à sua saúde, quanto ao acesso e uso dos serviços, às ações preventivas, à continuidade dos cuidados e ao financiamento da assistência. Antes dela, houve outras investigações sobre o tema Saúde, como Suplemento da PNAD, em 2003 e em 2008, que seguiram integralmente o plano amostral da PNAD correspondente.

A PNS é uma pesquisa isolada no âmbito do SIPD - Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares e a amostra da PNS constitui uma subamostra da Amostra Mestra atualizada com dados de 2010, definida para o Sistema, conforme descrito anteriormente.

2 Pesquisas Baseadas em Registros Administrativos ou Estabelecimentos

Ainda dentro do âmbito das Estatísticas Sociais e Demográficas, o IBGE realiza as seguintes pesquisas baseadas em registros administrativos ou em estabelecimentos:

2.1 Registro Civil

Apresenta informações sobre os fatos vitais ocorridos no País, reunindo a totalidade dos registros dos nascidos vivos, óbitos e óbitos fetais, bem como dos casamentos, informados pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, além de informações sobre as separações e os divórcios declarados pelas Varas de Família, Foros, Varas Cíveis e Tabelionatos.

2.2 Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC

Efetua, periodicamente, um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, compreendendo, também, diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade. Os dados estatísticos e cadastrais que compõem sua base de informações constituem um conjunto relevante de indicadores de avaliação e monitoramento do quadro institucional e administrativo dos municípios brasileiros. Tais indicadores expressam, de forma clara e objetiva, não só a oferta e a qualidade dos serviços públicos locais como também a capacidade dos gestores municipais em atender às populações.

2.3 Pesquisa sobre o Perfil dos Estados Brasileiros – ESTADIC

Tem como propósito suprir a lacuna de estudos que focalizam as esferas estaduais, notadamente no que diz respeito às suas administrações, e oferecer elementos para análises sobre como são governadas as Unidades da Federação e como são definidas e implementadas suas políticas públicas. Obtém informações sobre gestão e equipamentos estaduais a partir da coleta de dados sobre temas como recursos humanos das administrações estaduais, saúde, meio ambiente, política de gênero, assistência social, segurança alimentar e nutricional, bem como inclusão produtiva, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o papel das instituições estaduais no contexto da democracia, do “novo” federalismo e da descentralização.

2.4 Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária – AMS

Investiga todos os estabelecimentos de saúde existentes no País, que prestam assistência à saúde individual ou coletiva, públicos ou privados, com ou sem fins lucrativos, em regime ambulatorial ou de internação, incluindo aqueles que realizam exclusivamente serviços de apoio à diagnose e terapia e controle regular de zoonoses, com o objetivo básico de revelar o perfil da capacidade instalada e da oferta de serviços de saúde no Brasil.

2.5 Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB

Tem por objetivo investigar as condições do saneamento básico do País junto às prefeituras municipais e empresas contratadas para a prestação desses serviços em cada um dos municípios existentes na data de referência da pesquisa. Tal investigação, de cobertura nacional, permite não só efetuar uma avaliação da oferta e da qualidade dos serviços prestados, como também analisar as condições ambientais e suas implicações diretas com a saúde e a qualidade de vida da população brasileira.

2.6 Pesquisa de Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos – PEAS

Tem como objetivo conhecer os dados básicos sobre a rede de atendimento socioassistencial no País. A PEAS 2013 foi realizada por meio de consulta direta aos informantes nas entidades/ unidades locais, por meio de ligação telefônica via Sistema de Entrevistas Telefônicas Assistidas por Computador, de entidades identificadas no Cadastro Central de Empresas - CEMPRE, do IBGE.

2.7 Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE

Realizada junto aos estudantes do 9º ano (8ª série) do ensino fundamental, de escolas públicas e privadas do País, a partir de convênio celebrado com o Ministério da Saúde. A pesquisa, efetuada em consonância com as normas e diretrizes utilizadas em âmbito internacional e nacional para levantamentos envolvendo sujeitos humanos, em particular, adolescentes, teve por objetivo conhecer e dimensionar os diversos fatores de risco e de proteção à saúde desse grupo. Ressalta-se, na última edição da pesquisa, a significativa ampliação de sua abrangência geográfica, que passou a conter dados para o conjunto do País, as Grandes Regiões, além dos 26 Municípios das Capitais e o Distrito Federal. Veja o vídeo *IBGE Explica - PeNSE*.

Estatísticas econômicas

As informações estatísticas dessa área são obtidas por meio de pesquisas em empresas formalmente constituídas, tendo como base ou núcleo estruturador, o Cadastro Central de Empresas - CEMPRE do próprio IBGE. As pesquisas que produzem as estatísticas econômicas podem ser classificadas em Pesquisas Estruturais ou Anuais; Pesquisas Conjunturais ou Mensais; e Pesquisas Especiais.

Núcleo Estruturador: Cadastro Central de Empresas – CEMPRE

O Cadastro Central de Empresas - CEMPRE reúne informações cadastrais e econômicas sobre as empresas e outras organizações formalmente constituídas e presentes no Território Nacional, inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica-CNPJ do Ministério da Fazenda e suas respectivas unidades locais. Dessa forma, abrange entidades empresariais, órgãos da administração pública e instituições privadas sem fins lucrativos. A atualização do CEMPRE é realizada, anualmente, a partir das informações das pesquisas do IBGE, nas áreas de Indústria, Construção Civil, Comércio e Serviços, e da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego.

3 Pesquisas Estruturais ou Anuais

As pesquisas anuais da área econômica fazem parte de um sistema de pesquisas implantado em substituição aos Censos Econômicos, que respondem pelas informações necessárias à caracterização da estrutura produtiva dos diversos segmentos das atividades econômicas, cobrindo a indústria (Pesquisa Industrial Anual - PIA), a construção (Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC), o comércio (Pesquisa Anual de Comércio - PAC) e os serviços (Pesquisa Anual de Serviços - PAS).

As pesquisas anuais possuem dois papéis: i) propiciar informações essenciais relativas à atividade, a partir da identificação das características estruturais e do acompanhamento das transformações no tempo; ii) constituir o núcleo de informações em torno do qual se articulam as demais pesquisas econômicas, conjunturais e de aprofundamento temático.

3.1 Pesquisa Industrial Anual Empresa – PIA - Empresa

A Pesquisa Industrial Anual - Empresa, PIA-Empresa, tem por objetivo identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade industrial no País e suas transformações no tempo, por meio de levantamentos anuais, tomando como base uma amostra de empresas industriais. A PIA-Empresa é a pesquisa estrutural central do subsistema de estatísticas da Indústria e investiga as empresas com pelo menos uma pessoa ocupada em 31 de dezembro do ano de referência do cadastro básico de seleção da pesquisa.

3.2 Pesquisa Industrial Anual Produto – PIA - Produto

A Pesquisa Industrial Anual - Produto, PIA-Produto, levanta informações referentes a produtos e serviços industriais produzidos pela indústria nacional. O registro da informação de produtos e serviços é feito através da Lista de Produtos da Indústria - PRODLIST - Indústria.

Os objetivos principais da pesquisa são: disponibilizar informações atualizadas sobre a produção de bens e serviços industriais, permitindo a análise da composição da produção industrial brasileira, de mercados específicos, bem como o acompanhamento de sua evolução; e propiciar informações para a análise articulada dos fluxos de produção interna e do comércio externo de produtos industriais.

A PIA-Produto tem como base cadastral um painel intencional de unidades locais produtivas industriais, selecionadas a partir da Pesquisa Industrial Anual - Empresa, PIA-Empresa.

3.3 Pesquisa Anual da Indústria da Construção – PAIC

A Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC tem por objetivo identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade da construção no País e suas transformações no tempo, através de levantamentos anuais, tomando como base uma amostra de empresas que executam obras e/ou serviços de construção, e investiga as empresas com pelo menos uma pessoa ocupada em 31 de dezembro do ano de referência do cadastro básico de seleção da pesquisa.

3.4 Pesquisa Anual do Comércio – PAC

A Pesquisa Anual de Comércio - PAC tem por objetivo descrever as características estruturais básicas do segmento empresarial do comércio atacadista e varejista no País e suas transformações no tempo, através de levantamentos anuais, tomando como base uma amostra de empresas classificadas como empresa comercial no CEMPRE.

Em particular, para as Unidades da Federação da Região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins), são consideradas apenas aquelas empresas sediadas nos municípios das capitais, com exceção do Pará, onde são consideradas aquelas que estão sediadas nos municípios da Região Metropolitana de Belém.

3.5 Pesquisa Anual de Serviços – PAS

A Pesquisa Anual de Serviços - PAS tem por objetivo identificar as características estruturais básicas da atividade de serviços, sua distribuição espacial e suas transformações no tempo, através de levantamentos anuais, tomando como base uma amostra de empresas que compõem os diversos segmentos da atividade de prestação de serviços empresariais não financeiros, a saber: serviços prestados principalmente às famílias; serviços de informação e comunicação; serviços profissionais, administrativos e complementares; transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio; atividades imobiliárias; serviços de manutenção e reparação; e Outras atividades de serviços.

Em particular, para as Unidades da Federação da Região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins), são consideradas apenas aquelas que estão sediadas nos Municípios das Capitais, com exceção do Pará, onde são consideradas aquelas que estão sediadas nos municípios da Região Metropolitana de Belém.

4 Pesquisas Conjunturais ou Mensais

São pesquisas que fornecem informações de curto prazo, com o objetivo de acompanhar, de forma ágil, o comportamento da situação econômica do país ou de uma região. Diferem das

pesquisas estruturais não só pela periodicidade, pois são mais frequentes, como pelas informações investigadas, que possuem uma variabilidade no tempo maior do que as características estruturais de uma dada atividade econômica.

4.1 Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física – PIM/PF

O objetivo dos índices de produção física é fornecer, mensalmente, uma estimativa do movimento de curto prazo do produto real da indústria. Como índice conjuntural, sua importância deve-se à capacidade de indicar o comportamento efetivo da produção real da indústria com um mínimo de defasagem em relação ao período de referência, representando uma mensuração preliminar da taxa de variação da componente industrial do Produto Interno Bruto – PIB. A pesquisa investiga um painel de produtos e de informantes definido, a partir de uma amostra intencional obtida a partir das informações da Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA-Empresa) e da Pesquisa Industrial Anual – Produto (PIA-Produto).

4.2 Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário – PIMES

Produz indicadores de curto prazo relativos ao comportamento do emprego e dos salários nas atividades industriais, sobre pessoal ocupado assalariado, admissões, desligamentos, número de horas pagas e valor da folha de pagamento em termos nominais (valores correntes) e reais (deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), tendo como unidade de coleta as empresas que possuem unidades locais registradas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, e classificadas como industriais no CEMPRE.

4.3 Pesquisa Mensal do Comércio – PMC

A Pesquisa Mensal de Comércio produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista no País, investigando a receita bruta de revenda nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, e cuja atividade principal é o comércio varejista.

Para as Unidades da Federação da Região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins) são consideradas apenas as que estão sediadas nos municípios das capitais, com exceção do Pará, onde são consideradas aquelas que estão sediadas nos municípios da Região Metropolitana de Belém.

4.4 Pesquisa Mensal de Serviços – PMS

A Pesquisa Mensal de Serviços produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do setor de serviços no País, investigando a receita bruta de serviços nas

empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação.

Para as Unidades da Federação da Região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins) são consideradas apenas as que estão sediadas nos municípios das capitais, com exceção do Pará, onde são consideradas aquelas que estão sediadas nos municípios da Região Metropolitana de Belém.

5 Pesquisas Especiais

São pesquisas que investigam um tema específico de forma mais detalhada do que as pesquisas estruturais permitem. É o caso dos temas inovação tecnológica e uso de tecnologia de informação e comunicação.

5.1 Pesquisa de Inovação – PINTEC

A Pesquisa de Inovação - PINTEC visa fornecer informações para a construção de indicadores setoriais, nacionais e regionais das atividades de inovação das empresas brasileiras com 10 ou mais pessoas ocupadas, tendo como universo de investigação as atividades dos setores de Indústria, Eletricidade e gás e Serviços selecionados. O conceito de inovação tecnológica definido na pesquisa segue recomendações internacionais e refere-se à introdução no mercado de um produto (bem ou serviço) tecnologicamente novo ou substancialmente aprimorado, ou pela introdução na empresa de um processo produtivo tecnologicamente novo ou substancialmente aprimorado. A pesquisa foi iniciada em 2000, levantando informações restritas à indústria, com o nome de Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica. Em 2005, em virtude da ampliação de seu universo de investigação, passou a ser denominada Pesquisa de Inovação Tecnológica e, em 2011, passou a ser denominada simplesmente Pesquisa de Inovação.

5.2 Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Empresas - TIC Empresa

A Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Empresas investigou, em 2010, aspectos do uso dessas tecnologias pelo segmento empresarial brasileiro, contemplando, entre seus temas, a utilização de computadores e Internet no exercício das atividades dessas organizações e os motivos apontados para explicar sua não utilização, além de informações sobre as políticas e medidas de segurança em TIC adotadas e as habilidades do pessoal ocupado em relação a essas tecnologias. Tem por objetivo a construção de indicadores nacionais cobrindo empresas de setores selecionados, com uma ou mais pessoas ocupadas em 31 de dezembro de 2009 no cadastro básico de seleção da pesquisa. Foi realizada pela primeira vez em 2010.

Estatísticas agropecuárias

As estatísticas agropecuárias têm como núcleo estruturador o Censo Agropecuário, que abrange a totalidade dos estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil.

Além do Censo Agropecuário, são realizadas pesquisas estruturais com periodicidade anual, e pesquisas conjunturais com periodicidade semestral, trimestral ou mensal, que estão descritas a seguir.

Núcleo Estruturador: Censo Agropecuário

Pesquisa que se constitui na principal e mais completa investigação da estrutura e da produção do setor primário, e de sua inserção e relacionamento com os demais setores da economia.

O Censo Agropecuário investiga os estabelecimentos agropecuários e as atividades neles desenvolvidas, obtendo informações detalhadas sobre as características do produtor e do estabelecimento, bem como sobre a economia e o emprego no meio rural. Fornece informações sobre a situação econômico-financeira e as atividades dos estabelecimentos agropecuários relativas à agricultura, pecuária, avicultura, apicultura, cunicultura, sericicultura, horticultura, floricultura, aquicultura, ranicultura, silvicultura, extração de produtos vegetais e transformação ou beneficiamento de produtos agropecuários abrangendo todos os estabelecimentos agropecuários existentes no Território Nacional.

6 Pesquisas Estruturais Anuais

A coleta de dados das três pesquisas anuais, Produção Agrícola Municipal – PAM, Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM e Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS, baseia-se num sistema de fontes de informação, representativo de cada município, gerenciado pelo Agente de Coleta do IBGE, que obtém os informes e subsídios para a consolidação dos resultados finais.

6.1 Produção Agrícola Municipal – PAM

A pesquisa da Produção Agrícola Municipal, realizada anualmente, destina-se a fornecer informações sobre as áreas de lavouras, produção obtida, rendimento médio e valor da produção para 29 produtos agrícolas de culturas temporárias e 33 de culturas permanentes, em nível de município, microrregiões, mesorregiões, Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil.

6.2 Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM

A pesquisa da Produção da Pecuária Municipal, realizada anualmente, destina-se a fornecer informações sobre os efetivos das espécies animais criadas, como também dados sobre as produções de leite, lã, ovos de galinhas e de codornas, mel e casulos de bicho-da-seda, em nível de municípios, microrregiões, mesorregiões, Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil. Em 2013, a pesquisa teve ampliado o seu escopo, com destaque para a introdução da investigação da aquicultura continental e marinha, entendendo-se como tal a criação de peixes, camarões e moluscos, bem como alevinos de peixes, larvas de camarão e sementes de moluscos, com a finalidade de produção comercial.

6.3 Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS

A pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura tem por finalidade fornecer informações estatísticas sobre a quantidade e o valor das produções obtidas mediante o processo de exploração dos recursos florestais naturais, denominado extrativismo vegetal, bem como da exploração de maciços florestais plantados (silvicultura).

7 Pesquisas Conjunturais

As seis pesquisas conjunturais que produzem informações estatísticas agropecuárias diferem em relação à periodicidade, que pode ser mensal, trimestral ou semestral. Com exceção do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA, as demais pesquisas são realizadas com base em painel específico de estabelecimentos informantes.

7.1 Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola é uma pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das safras agrícolas, que fornece estimativas de área, produção e rendimento médio, desde a fase de intenção de plantio até o final da colheita, de cada cultura investigada. O acompanhamento da evolução das lavouras, durante todo o ciclo vegetativo das 35 culturas investigadas, permite ao final do ano civil a obtenção das estimativas de área plantada e colhida, produção e rendimento médio.

7.2 Pesquisa Trimestral de Abate de Animais – ABATE

A pesquisa sobre abate de animais objetiva assegurar informações estatísticas de natureza conjuntural sobre a quantidade de animais abatidos e o peso total das carcaças, por espécie animal investigada. As informações produzidas são utilizadas por órgãos públicos e privados,

para efeito de acompanhamento, planejamento, tomada de decisões, estudos e análises, bem como constituem elemento integrante das estimativas do Produto Interno Bruto realizado pelo IBGE. Esta pesquisa é realizada trimestralmente e os dados coletados são mensais. O painel da pesquisa abrange todo o Brasil, e a unidade de investigação é o estabelecimento que efetua o abate de bovinos, suínos ou frangos e está sob o controle da Inspeção Sanitária Federal, Estadual ou Municipal.

7.3 Pesquisa Trimestral do Leite – LEITE

A Pesquisa Trimestral do Leite objetiva levantar informações sobre o leite fluído, enquanto matéria-prima. As informações produzidas fornecem subsídios aos órgãos do governo e entidades privadas para o acompanhamento e a análise da evolução desse setor da atividade econômica. Em particular, destaque-se o seu uso no cálculo do Produto Interno Bruto da Agropecuária. É realizada trimestralmente, mas os dados coletados são mensais. É realizada com base em um painel de estabelecimentos, e o âmbito da investigação abrange todo o território brasileiro.

7.4 Pesquisa Trimestral do Couro – COURO

A Pesquisa Trimestral do Couro objetiva levantar informações sobre a quantidade, adquirida e curtida, de couro cru de bovino. As informações produzidas constituem, para os órgãos do governo e entidades privadas, importante referencial para o acompanhamento e análise da evolução do setor coureiro, bem como dos setores da pecuária e do abate de animais do País. É realizada trimestralmente, mas os dados coletados são mensais. O painel de estabelecimentos da pesquisa contempla todo o Brasil.

7.5 Produção de Ovos de Galinha – POG

A Pesquisa sobre a Produção de Ovos de Galinha objetiva fornecer indicadores da variação da produção física de ovos de galinha, de forma a incorporar, no cálculo do Produto Interno Bruto, o valor dessa produção. O conhecimento da variação da produção física em cada período de tempo permite a comparação intertemporal e interespaçial do volume físico e, paralelamente, possibilita uma avaliação socioeconômica deste subsector da agropecuária.

A coleta dos dados é realizada trimestralmente e a abrangência da pesquisa está condicionada, geograficamente, ao painel de estabelecimentos agropecuários distribuídos por quase todo o território brasileiro, com maior concentração em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. A unidade de investigação é o estabelecimento agropecuário que se dedica à atividade de produção de ovos de galinha para qualquer finalidade, com 10 000 ou mais galinhas poedeiras.

7.6 Pesquisa de Estoques - ESTOQ

A Pesquisa de Estoques tem por objetivo fornecer informações estatísticas conjunturais sobre o volume e distribuição espacial dos estoques de produtos agropecuários básicos e sobre as unidades onde é feita a sua guarda, e acompanhar as modificações das características estruturais do sistema de armazenagem a seco. Investiga estabelecimentos que possuem unidade (s) armazenadora(s) – prédios ou instalações construídas ou adaptadas para armazenagem de produtos agrícolas com capacidade útil total igual ou superior a 2000m³ ou 1200t, que tenham como atividade principal comércio (exceto supermercado), indústria, serviço de armazenagem e produção agropecuária. Tem periodicidade semestral, abrange todo o Território Nacional, e reúne informações para municípios, microrregiões, mesorregiões, Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil.

Estatísticas de preços

As estatísticas de preços estão organizadas de acordo com três conjuntos de índices, a saber: o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, e o Índice de Preços ao Produtor - IPP, que são apresentados a seguir.

8 Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC

O Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC foi concebido em 1978, constituindo-se numa combinação de processos destinados a produzir índices de preços ao consumidor nacionais a partir da agregação de resultados regionais. Foi criado com o propósito de garantir uma mesma concepção metodológica no que diz respeito à fórmula de cálculo, pesquisas básicas, bases cadastrais de produtos e locais, montagem da estrutura de pesos e método de cálculo.

O SNIPC abrange a produção contínua e sistemática de índices de preços ao consumidor, tendo, como unidade de coleta, estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionárias de serviços públicos e domicílios (para levantamento de aluguel e condomínio) e contém dois índices: o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. O período de coleta dos dois índices - INPC e IPCA - estende-se, em geral, do dia 01 a 30 do mês de referência. Eles diferem em relação à população-objetivo de abrangência. A população-objetivo do INPC abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 e 5 salários-mínimos, cujo chefe é assalariado em sua ocupação princi-

pal e residente nas áreas urbanas das regiões da pesquisa; a do IPCA abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 e 40 salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões da pesquisa. Para entender um pouco mais sobre o Índice Nacional de Preços ao Consumidor e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, veja o vídeo *IBGE Explica - INPC e IPCA*.

As áreas geográficas pesquisadas foram implantadas em diferentes momentos. Regiões Metropolitanas: Rio de Janeiro (janeiro/1979); Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife (junho/1979); São Paulo, Brasília e Belém (janeiro/1980); Fortaleza, Salvador e Curitiba (outubro/1980); Municípios: Goiânia (janeiro/1991); Vitória e Campo Grande (janeiro/2014).

9 Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI

Iniciada em 1969, é uma pesquisa mensal que, a partir do levantamento de preços de materiais e salários pagos na construção civil para o setor habitação, efetua a produção de custos e índices da construção civil. A partir de 1997 ocorreu a ampliação do Sistema, que passou a abranger o setor de saneamento e infraestrutura. Tem como unidade de coleta os estabelecimentos comerciais e industriais fornecedores de materiais de construção e empresas construtoras do setor, para projetos de edificações residenciais e obras de infraestrutura. Abrange todo o território nacional, fornecendo informações para o país como um todo, por Grandes Regiões e para cada uma das Unidades da Federação. O Sistema é produzido em convênio com a Caixa Econômica Federal - CAIXA. As séries mensais de custos e índices de custos referem-se ao valor do metro quadrado de uma construção no canteiro de obras.

10 Índice de Preços ao Produtor – IPP

O Índice de Preços ao Produtor - IPP tem como principal objetivo mensurar a mudança média dos preços de venda recebidos pelos produtores de bens e serviços, bem como sua evolução ao longo do tempo, sinalizando as tendências inflacionárias de curto prazo no País. Constitui, assim, um indicador essencial para o acompanhamento macroeconômico e, por conseguinte, um valioso instrumento analítico para tomadores de decisão, públicos ou privados.

O IPP investiga, mês a mês, os preços recebidos pelo produtor, isentos de impostos, tarifas e fretes e definidos segundo as práticas comerciais mais usuais. Os produtos coletados são especificados em detalhe (aspectos físicos e de transação), garantindo, assim, que sejam comparados produtos homogêneos ao longo do tempo. Os resultados serão divulgados para o Brasil, não havendo, nesse sentido, regionalização das informações.

A partir de setembro de 2015, o Índice de Preços ao Produtor teve ampliado o seu âmbito, passando a considerar empresas das Indústrias Extrativas, além das Indústrias de Transformação, com exceção da Fabricação de produtos diversos e da Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos.

Sínteses econômicas, sínteses sociais e estudos

O conhecimento da sociedade brasileira é apresentado, ainda, através de duas principais sínteses - o Sistema de Contas Nacionais e a Síntese de Indicadores Sociais - e de um conjunto de estudos e análises temáticos. São baseados nos censos, pesquisas e em registros administrativos, e trazem uma visão ampliada da potencialidade das bases de dados econômicos, sociais e ambientais.

11 Sínteses Econômicas - Exemplos

- Sistema de Contas Nacionais Anuais
- Sistema de Contas Trimestrais
- Sistema de Contas Regionais
- Produto Interno Bruto Municipal - PIB Municipal
- Matriz de Insumo-Produto
- Conta Satélite de Saúde
- Economia do Turismo

12 Sínteses Sociais - Exemplos

- Síntese de Indicadores Sociais - Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira
- Sistema de projeção e estimativas de população.

Para saber mais sobre as sínteses econômicas e sociais acesse o portal do IBGE na Internet: <http://www.ibge.gov.br/home/>.

Capítulo 5

Interlocução, articulação e mobilização do IBGE para a execução dos grandes projetos institucionais

Formação e funcionamento das Agências de Coleta

O Plano estratégico 2012-2015 ressalta que a peculiar natureza do processo de trabalho da instituição implica atuar com elevado grau de descentralização e forte presença no espaço territorial brasileiro. O IBGE desenvolve suas pesquisas usando como estratégia uma **rede nacional de coleta** que viabiliza a execução das atividades operacionais descentralizadas com presteza.

O atendimento às crescentes demandas do governo e da sociedade exige a implementação de ações com foco na qualidade, na transparência, na economicidade e na modernização dos processos de trabalho, especialmente, nas Unidades Estaduais e Agências, que são os canais estratégicos privilegiados de pesquisa, conhecimento de território e disseminação de informações.

A representação do IBGE no território cresceu, a princípio, com a criação de repartições locais ou regionais para coleta de informações estatísticas, em 1936, tendo em vista a construção de um sistema estatístico nacional. Nos anos 40, foram estabelecidas através de acordos entre a União, estados e municípios as Agências Municipais de Estatística (AMEs), que eram subordinadas às Prefeituras, porém, atuavam segundo as orientações técnicas do IBGE. A carreira de Agente de Estatística foi instituída em 1946.

O IBGE mantinha em cada unidade federativa, existente à época, uma Inspeção Regional de Estatística Municipal. As inspeções foram criadas, em 1944, para prestar assistência técnica às AMEs e no mesmo período foram formadas as Comissões Revisoras de Estatística Municipal para efetuar a revisão do trabalho de coleta estatística municipal realizado pelas Agências.

As primeiras alterações feitas na estrutura de coleta estatística, após a criação da Fundação IBGE ocorreram, em 1968, com a instituição da Coordenação Geral da Rede de Coleta e quando foram implantadas as Delegacias de Estatística do Instituto Brasileiro de Estatística (IBE), em 1969. Na década de 70 foi criada a **Rede Nacional de Agências de Coleta** e as AMEs, incorporadas à estrutura do IBGE, receberam o nome de Agências de Coleta.

Uma significativa mudança nas organizações regionais ocorreu 20 anos mais tarde com a criação dos Departamentos Regionais (DEREs), subordinados à Presidência do IBGE e com jurisdição sobre as representações do órgão em uma ou mais Unidades Federativas.

Ao final da década de 90, o IBGE promoveu um estudo sobre a estrutura e o funcionamento das representações regionais do IBGE. A atual configuração da rede foi delineada com base nos estudos do Projeto Presença, coordenado pela Diretoria Executiva, com a participação de

representantes de todas as Diretorias e Coordenações Gerais do IBGE, para avaliar e definir uma configuração desejável para a instituição no futuro. O [Anexo 13](#) apresenta a cronologia das alterações ocorridas na rede de coleta.

O número de Agências ativas tem aumentado ao longo dos anos chegando a 535 instalações, em 1999, passando a 585 estabelecimentos ativos em todo o Brasil, em 2015. Cada Unidade da Federação possui um número diferente de Agências. Isto se deve, principalmente, a fatores como tamanho da população, ao desenvolvimento regional e a condicionantes históricos.

Para exemplificar estas diferenças, na Tabela 1 há uma comparação entre alguns estados, escolhidos, aleatoriamente, na qual se observa esta variação no número de Agências e no total de servidores lotados nas Agências.

O Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, possui mais de 16 milhões de habitantes, a menor área entre os estados selecionados, 43.777,9 km², mas em seu território há 25 Agências ativas. Minas Gerais possui 853 municípios, 20.869.101 habitantes, em 586.519,7 km² e 87 Agências ativas. O que se pode observar é que a configuração espacial das Agências não segue um padrão regular e o número de Agências não tem correspondência com o tamanho da Unidade da Federação.

Unidade da Federação, Área em km², Número de Habitantes, Número de Agências e Total de Servidores lotados por Agência em 2015

| Unidade da Federação | Área em km² | Nº de Habitantes | Nº de Agências | Total de servidores lotados nas Agências |
|-----------------------------|-------------------------------|-------------------------|-----------------------|---|
| Acre | 164.123,7 | 803.513 | 4 | 77 |
| Amazonas | 1.559.148,8 | 3.938.336 | 11 | 151 |
| Bahia | 564.733 | 15.203.934 | 52 | 392 |
| Minas Gerais | 586.519,7 | 20.869.101 | 87 | 505 |
| Paraíba | 56.469,7 | 3.972.202 | 12 | 160 |
| Rio de Janeiro | 43.777,9 | 16.550.024 | 25 | 528 |

Fontes: IBGE/Estados @ - Em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>

A maioria das Agências atua em um grupo de municípios que varia de acordo com a disponibilidade de recursos humanos, a concentração populacional e as condições de deslocamento na região. Áreas densamente povoadas possuem maior número de Agências ativas, como ocorre nas Regiões Sudeste e Sul.

Nas Regiões Metropolitanas esta relação de área é oposta. Há Agências com áreas de atuação intramunicipais e constituídas por agregados de bairros ou distritos. No caso do município do Rio de Janeiro há cinco Agências intramunicipais e, em Belo Horizonte, são oito. Nas áreas com

menor concentração populacional a jurisdição é definida por um agregado de municípios. A infraestrutura de transportes disponível na Agência é um fator que precisa ser avaliado, pelo Chefe de Agência, para facilitar o deslocamento do Agente de coleta durante a realização das pesquisas.

As áreas de atuação ou jurisdição podem ser observadas nos cartogramas da base territorial com as áreas de abrangência de cada uma das Agências por Unidade da Federação (Para isso, acesse o documento das Agências por Unidade da Federação). O limite das áreas está representado em vermelho e pode-se ver a maior concentração de áreas nas regiões mais populosas do país. O [Anexo 14](#) mostra o cartograma geral do Brasil contendo as áreas de abrangência das Agências e os limites das Unidades da Federação. O quantitativo de Agências, seus respectivos nomes por Unidade da Federação está disponível no [Anexo 15](#).

A atual distribuição espacial das Agências se encontra em avaliação pelo Projeto Rede, desenvolvido pela Diretoria Executiva com o apoio da DGC/CGEO, com o objetivo de contribuir para otimizar o deslocamento dos agentes de coleta durante a realização de suas atividades, entre outras melhorias para a rede de coleta.

Composição e articulação das Agências

Quanto à composição do quadro de servidores, pode-se dizer que não há um padrão específico e o quantitativo não é igual. O número de servidores efetivos e contratados é variável. O chefe da Agência é nomeado pelo chefe da Unidade Estadual do IBGE a quem, também, cabe a decisão sobre a lotação de servidores nas Agências.

É importante ressaltar que durante a realização dos grandes projetos institucionais o número de servidores contratados aumenta substancialmente, assim como a quantidade de postos de coleta estabelecidos, temporariamente, como ocorre durante os censos demográficos. No Censo 2010 foram instalados 7000 postos de coleta para atendimento à demanda daquela pesquisa.

Os grandes projetos do IBGE envolvem todos os órgãos da instituição do planejamento à execução. São exemplos de grandes projetos de pesquisa: o Censo Demográfico, a Contagem Populacional, o Censo Agropecuário, a PNAD Contínua, e os levantamentos para o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. O uso do computador de mão e a base censitária em meio digital ampliam a capacidade de investigar e melhoram a qualidade das pesquisas.

Para cada pesquisa uma grande rede de servidores é articulada e mobilizada colocando em prática as etapas necessárias à execução e conclusão dos projetos. O planejamento começa com a avaliação das operações censitárias anteriores, estimativas de custos de todo

projeto, definição do conteúdo do questionário, atualização de dados da base territorial e do cadastro de endereços, contratações de servidores temporários, treinamentos e outras várias atividades.

A rede de coleta pode realizar levantamentos de informações para qualquer área de pesquisa. As operações estatísticas ocorrem com maior frequência e, por isso, mantêm as Agências em uma relação sistemática com a Diretoria de Pesquisas. As alterações tecnológicas introduzidas na metodologia de coleta vêm estreitando cada vez mais a articulação das Agências com a Diretoria de Informática e com a Diretoria de Geociências, nas demandas por atualizações dos setores censitários da Base Territorial, hoje, associada ao cadastro de endereços – CNEFE, coordenado pela PR/COC em articulação com a DGC/CETE.

As operações de pesquisa da rede nacional de Agências do IBGE contam, atualmente, com cerca de 500 Agências informatizadas, interligadas por computador, utilizando um sistema de acompanhamento gerencial mais eficiente que permite alimentação descentralizada de informações e capacidade decisória em tempo real.

Neste processo de modernização institucional, vale ressaltar que a implementação da Escola Virtual do IBGE, sob a administração da ENCE, vem contribuindo para o desenvolvimento de condições mais favoráveis à disseminação do conhecimento, através da Educação a Distância no IBGE proporcionando melhor atendimento às Unidades Estaduais do IBGE e à rede de Agências em todo o território nacional.

O Portal Agências, criado com o objetivo de disponibilizar as aplicações corporativas do IBGE, por um meio único e simplificado, possibilita o acesso dos funcionários das Agências e das Unidades Estaduais às atuais aplicações em produção, com vistas à realização dos trabalhos nos escritórios em todo território nacional. O acesso ao Portal Agências - Serviço de Terminal Aplicações Remotas é feito através da página: <http://www.portalagencias.ibge.gov.br>.

Conhecer os fundamentos, normas e regulamentos do IBGE é indispensável ao exercício da função gerencial e do elenco de tarefas periódicas que envolvem a tomada de decisões, autorizações, avaliações, soluções para impasses relativos ao cotidiano gerencial, tanto no relacionamento com os servidores quanto àqueles relativos a pesquisas em desenvolvimento, aprovar e encaminhar documentos, de acordo com as normas em vigência, e sempre prestar esclarecimentos e orientações à equipe. A competência das Agências de Coleta se encontra definida no Artigo 5º da RCD 0037/2001.

O trabalho na Agência consiste, principalmente, em coletar informações para as pesquisas que o órgão executa. As entrevistas domiciliares ou econômicas são presenciais ou realizadas

via internet. As rotinas administrativas são, em sua maioria, de responsabilidade do Chefe da Agência. Os serviços técnico-operacionais devem ser delegados à equipe técnica, para que sejam desenvolvidas sob a orientação e o acompanhamento do chefe.

Cabe ao Chefe da Agência, além das habilidades técnicas específicas e dos conhecimentos administrativos, o papel fundamental de atuar em todo o processo de pesquisa e de representante local do IBGE nos contatos com as autoridades municipais como prefeitos, presidentes de câmaras municipais, vereadores, secretários municipais, diretores de escolas, titulares de cartórios civis e judiciários, juízes, promotores e diversos representantes da sociedade local informantes, assim como os moradores em seus domicílios. Esta articulação externa é primordial para o andamento das pesquisas e obtenção de bons resultados.

No papel de representação institucional e no desempenho adequado de sua função como orientador de equipes é necessário que o Chefe de Agência conheça o Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE, um instrumento orientado para a promoção da qualidade das informações produzidas pela Instituição.

As atribuições que competem aos servidores lotados nas Agências incluem funções técnico-operacionais e administrativas. São elas:

- a.** executar de acordo com instruções e/ou orientações, as rotinas administrativas necessárias à manutenção da Unidade de Trabalho, desde o recebimento, a organização, a guarda e o encaminhamento de documentos institucionais e de interessados, bem como efetuar registros administrativos, orçamentários e financeiros, utilizando os recursos de informática disponibilizados pela Instituição e os sistemas corporativos e federais;
- b.** operar e utilizar equipamentos de informática necessários à sustentação e apoio à coleta de dados, às áreas técnica e de suporte administrativo, à cartografia e geodésia e à disseminação de informações;
- c.** realizar atividades de administração de recursos humanos, materiais, patrimoniais, orçamentários e financeiros dando suporte às unidades descentralizadas;
- d.** executar e apoiar atividades de supervisão de pesquisa de campo nas unidades descentralizadas, acompanhando a distribuição, o controle e o resultado das coletas de dados, através dos sistemas específicos de acompanhamento e controle das pesquisas;
- e.** supervisionar as equipes de trabalho nas diversas pesquisas, garantindo a qualidade das informações coletadas em consonância com a metodologia, critérios, regras conceituais e técnicas, cumprimento de prazos e *modus operandi* mais adequado;

- f.** participar dos treinamentos presenciais e a distância e organizá-los, se for o caso, bem como atuar como instrutor/tutor/facilitador, oferecendo suporte e apoio técnico na organização e realização destes; coletar dados em diversas fontes, planejar, organizar, criticar, corrigir, lançar, tratar e manter os dados garantindo a sua integridade, confiabilidade, disponibilidade, atualização e fidedignidade;
- g.** realizar entrevistas em domicílios e estabelecimentos informantes para obtenção de dados, conforme metodologia e plano de supervisão da pesquisa;
- h.** realizar levantamentos topográficos/geográficos/cartográficos com vistas a manter atualizada a base territorial dos municípios;
- i.** proceder à compilação, montagem e organização dos elementos cartográficos, segundo as especificações e normas adotadas;
- j.** executar e apoiar as tarefas ligadas à manutenção e atualização da rede física dos marcos geodésicos do IBGE;
- k.** atuar nas diversas modalidades de disseminação de dados e informações, prestando suporte e orientações aos usuários; e
- l.** executar outras atividades compatíveis com o cargo.

Para desempenhar as tarefas administrativas cotidianas é necessário saber como operar os sistemas gerenciais informatizados do IBGE, tais como:

- Sistema Eletrônico de Controle de Acesso e de Frequência (SECAF) – para procedimentos referentes ao controle do ponto eletrônico como autorizações, lançamentos, correções, exclusões, etc;
- Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) – para solicitação de diárias e passagens comprovações de viagens, etc;
- Sistema de Dados Administrativos (SDA) – para avaliação de desempenho, lançamento de despesas e comprovação de suprimentos, inventário de bens móveis;
- Processos automatizados – para renovações de contratos, autorizações para o uso de veículos ou para dirigir e indenizações de campo.

Para desempenhar as tarefas técnico-operacionais de acompanhamento de produção, armaze-

namento de informações e atualização da Base Territorial é indispensável conhecer o funcionamento e a utilização dos seguintes sistemas:

- Sistema de Indicadores Gerenciais da Coleta – SIGC - O Sistema de Indicadores Gerenciais da Coleta – processa as informações da coleta transmitidas pelos postos através do SIGPC. Acompanha o andamento da coleta em níveis nacional, estadual e municipal, por posto de coleta e por setor censitário, auxilia na disseminação de notas técnicas, orientações das Ordenações e os procedimentos que deveriam ser executados pelas equipes de campo;
- Banco de Dados Operacionais – BDO - sistema de informações orientado à melhoria do acompanhamento das atividades das Unidades Estaduais e de suas Agências;
- Banco de Estruturas Territoriais – BET – cadastro de informações sobre leis de criação e alterações legais dos limites político-administrativos ao longo da história do Brasil;
- Base Operacional Geográfica – BOG – cadastro que contém as informações da evolução espaço-temporal da composição setorial utilizada nos recenseamentos;
- Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE – cadastro de endereços para apoio a pesquisas e recenseamentos.

A criação das Agências iniciou uma nova era no IBGE e representou um salto de qualidade na obtenção e na produção de informações primordiais ao cumprimento da missão institucional. O Brasil possui de 5.570 municípios nos dias atuais e conta com a cobertura de 590 Agências instaladas estendendo a representação da instituição até as áreas mais longínquas do país.

Na atuação das Agências está a solidez da produção de informações com eficiência, garantindo o acesso às fontes dos dados que se encontram nos municípios brasileiros. Isaac Kerstenetzky, presidente do IBGE nos anos 70, descreveu com precisão a importância desta descentralização e o papel dos servidores das Agências ao dizer que “*a espinha dorsal do IBGE é o agente de coleta*”.

Capítulo 6

Sigilo das informações

Introdução

A Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968, dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas e assegura o caráter sigiloso das informações prestadas ao IBGE.

O texto do Art. 1º. estabelece que toda pessoa natural ou jurídica de direito público ou de direito privado que esteja sob a jurisdição da lei brasileira é obrigada a prestar as informações solicitadas pelo IBGE, visando a execução do Plano Nacional de Estatística (Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, Art. 2º., § 2º.).

Além disso, o parágrafo único desta mesma lei oferece garantias de que as informações prestadas terão caráter sigiloso e serão usadas exclusivamente para fins estatísticos.

Vale destacar que a Confidencialidade é o sexto dos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais estabelecido pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, em 1994, e que a Confidencialidade Estatística é o Princípio número 4 do Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE, ao qual estão associados sete indicadores de boas práticas a serem seguidos.

As pesquisas estatísticas realizadas pelo IBGE envolvem uma quantidade grande de pessoas em seu planejamento e execução. A estrutura organizacional do IBGE distribuída no território brasileiro por si só já aponta para a necessidade de estabelecer não só controle de operação e treinamento de todos os agentes envolvidos, como também de conscientização sobre a importância da questão do sigilo das informações individuais coletadas durante a operação de campo e durante todo o processo de apuração, análise e divulgação de resultados.

Assim, a questão do sigilo das informações deve estar presente:

- Nos instrumentos de coleta, que compreendem os manuais de instrução e os questionários;
- Nos treinamentos operacionais;
- Na definição dos procedimentos de segurança adotados para transmissão e armazenamento dos dados;
- Na contratação de pessoal, por meio de termos de compromisso e termo de responsabilidade;
- Na divulgação da legislação existente relacionada com o sigilo das informações;
- Nas diversas formas de divulgação de resultados.

Este conteúdo aborda apenas as questões relacionadas ao sigilo na divulgação de resultados. O IBGE divulga os resultados de suas pesquisas por meio de diversas formas, valendo destacar as descritas a seguir.

Publicação impressa

Produto editorial em papel, elaborado segundo padrões e especificações de identidade visual estabelecidos nas linhas do Projeto Editorial do IBGE. Toda publicação impressa é acompanhada de uma publicação digital, em formato pdf, e pode ser acessada, também, no portal do IBGE na Internet.

Publicação digital

Produto editorial em CD-ROM, DVD, entre outros suportes digitais, elaborado segundo padrões e especificações de identidade visual estabelecidos nas linhas do Projeto Editorial do IBGE.

Arquivo on-line

Arquivo disponibilizado no portal do IBGE na Internet, que não é objeto de padrões e especificações de identidade visual estabelecidos nas linhas do Projeto Editorial do IBGE.

Banco de dados

Coleção de dados interligados e organizados, disponibilizado para consulta no portal do IBGE na Internet.

Arquivo de microdados

Arquivo que contém as variáveis investigadas em uma operação estatística para cada informante, ou seja, para cada questionário. Os microdados constituem a informação mais desagregada possível de uma operação estatística. O IBGE disponibiliza no seu portal na Internet, para download gratuito, os arquivos de microdados das pesquisas domiciliares por amostragem probabilística, incluindo a investigação do questionário da amostra do Censo Demográfico. Outros tipos de pesquisa, que investigam empresas ou outros tipos de estabelecimentos, só têm seus arquivos de microdados disponibilizados após avaliação do risco de revelação de dados individuais, para não ferir os princípios de confidencialidade.

Publicações impressas ou digitais geralmente apresentam dados tabulados, ou seja, com algum grau de agregação. Por outro lado, arquivos on-line, bancos de dados e arquivos de microdados contêm informações individualizadas, e necessitam cuidados especiais relacionados com o sigilo das informações, antes de serem divulgados.

O tratamento da confidencialidade em dados tabulados e nos arquivos de microdados têm diferentes graus de complexidade dependendo da unidade da investigação da pesquisa. Em geral, censos demográficos e pesquisas domiciliares, cuja unidade de investigação (domicílios e seus moradores) tende a ser mais homogênea, apresentam riscos de revelação mais baixos, quando comparados às pesquisas econômicas, cujas unidades de investigação (empresas e estabelecimentos agropecuários, por exemplo) apresentam características com distribuições bastante assimétricas, que facilitam a identificação.

A identificação de um informante pode ocorrer a partir de três situações: i) quando ele é diretamente identificado em um arquivo liberado (identificação direta); ii) quando uma informação sensível sobre o informante é revelada por meio de um arquivo liberado (identificação por atributo); ou ainda, iii) quando um dado liberado torna possível determinar o valor de uma característica de um informante de modo mais preciso do que seria possível obter por qualquer outro meio (identificação por inferência).

Assim, não basta disseminar arquivos com registros anônimos, no caso de arquivos de microdados.

As formas de proteção dos informantes podem ser efetivadas por restrição de dados (a redução do volume de informação liberado em tabelas ou arquivos); restrição de acesso (introdução de condições para uso dos dados) ou alguma combinação desses procedimentos.

Assim, o tratamento utilizado para garantir o sigilo das informações individualizadas deve ser definido para cada uma dessas formas, em cada resultado específico de uma dada pesquisa.

Além disso, a informação sobre o tratamento adotado deve acompanhar a divulgação dos resultados, geralmente por meio de Notas Técnicas.

Acesso Especial

Além das formas de divulgação de resultados acima descritos, o IBGE possui um serviço de acesso a microdados não desidentificados²¹, para permitir a realização de estudos específicos, como, por

²¹ Desidentificar é retirar a identificação de algo ou alguém. Assim, microdados não desidentificados são dados individuais aos quais estão associadas variáveis identificadoras como, por exemplo, o número do CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - para uma empresa, ou do CPF - Cadastro de Pessoa Física, para uma pessoa.

exemplo, o ajuste de modelos estatísticos. São duas as situações previstas: o acesso aos dados por servidores do IBGE para uso em programas de pós-graduação; e o acesso por parte de pesquisadores externos. Essas situações possuem regulamentações próprias e estão descritas a seguir.

1 Norma de Serviço da Diretoria de Pesquisas N° 001/2010, de 4/10/2010

Reedita a NS DPE 002/2008, que regulamenta o acesso a dados individualizados não desidentificados para uso em programas de pós-graduação por servidores do IBGE. A Norma de Serviço está disponível na intranet da Diretoria de Pesquisas, mas o artigo que trata da questão do sigilo das informações está reproduzido logo a seguir.

“Art. 5º - Por força de lei, os servidores do IBGE estão submetidos às normas de confidencialidade. Porém, além disso, deverão assinar termo de compromisso específico (modelo no Anexo 1 da NS) para o acesso a dados individualizados, que ficará sob a guarda da unidade da DPE responsável pela pesquisa.”

A íntegra do modelo desse Termo de Compromisso também está disponível na intranet da Diretoria de Pesquisas, mas as duas cláusulas que tratam diretamente da questão do sigilo estão reproduzidas a seguir.

“Termo de compromisso tendo por objeto a concessão de arquivos de microdados para uso exclusivo na elaboração da sua Dissertação / Tese / Monografia.

Cláusula Segunda:

O COMPROMITENTE obriga-se a observar e guardar, em toda a sua extensão, a confidencialidade das informações individualizadas a que tiver acesso.

Cláusula Terceira:

O COMPROMITENTE se compromete a não repassar, comercializar, divulgar ou transferir a terceiros as informações objeto da Cláusula Primeira, de qualquer forma que possa violar a confidencialidade mencionada na Cláusula Segunda.”

2 Serviço de Acesso a Dados Não Desidentificados - Usuários Externos

A sala de acesso a dados restritos (SAR), localizada nas dependências do CDDI - Centro de Documentação e Disseminação de Informações, no Rio de Janeiro, foi estabelecida a partir de 2003, com o aumento da demanda por acesso aos microdados de pesquisas econômicas. Na avaliação do IBGE, os riscos de revelação das pesquisas econômicas são significativamente maiores do que das pesquisas domiciliares.

Foi criado, então, o Comitê de Avaliação de Acesso a Microdados não Desidentificados (CAD), que analisa os projetos de pesquisa que solicitam acesso aos microdados das pesquisas econômicas e, mais recentemente, às informações do Censo Agropecuário de 2006. Na sala de acesso é disponibilizado também acesso à base de dados do conjunto universo do Censo Demográfico, ou seja, às variáveis investigadas pelo questionário básico em toda a população. Também é permitida a geração de cadastros para fins estatísticos a partir do Cadastro Central de Empresas do IBGE. As bases de dados têm o identificador da empresa criptografado.

Os projetos de pesquisa que são submetidos devem ter fins estatísticos e o acesso se restringe à elaboração de modelos estatísticos. A geração de tabulações especiais a partir das bases econômicas só é permitida se houver a utilização de bases externas. A utilização de bases externas é permitida, desde que justificada no projeto. O custo de utilização da sala de acesso é estimado pelo IBGE e informado ao pesquisador.

Os procedimentos a serem seguidos pelos usuários externos relacionados com o serviço de acesso a dados não desidentificados estão definidos na página da intranet da Diretoria de Pesquisas e, entre outros requisitos, especifica a necessidade de assinatura de um termo de compromisso. A Resolução do Conselho Diretor (R.CD - 07/2003), que cria o Comitê de Avaliação de Acesso a Microdados não Desidentificados, a Norma de Serviço do CDDI (NS 01/03), que estabelece os objetivos das salas de acesso a dados restritos a íntegra do modelo desse Termo de Compromisso estão disponíveis na intranet da Diretoria de Pesquisas, mas o seu item 1, que trata diretamente da questão do sigilo, está reproduzido a seguir.

“Termo de compromisso tendo por objeto o acesso a dados não desidentificados

1 O COMPROMITENTE declara que preservará o sigilo das informações estatísticas ao acessar os microdados não desidentificados da [PESQUISA(S)], para gerar informações não identificadas de relevante interesse acadêmico conforme projeto [NOME DO PROJETO], aprovado pelo IBGE, tendo como n.º de processo[.....].”

Vale destacar que os usuários só têm acesso às bases de dados não desidentificadas enquanto estão trabalhando dentro da SAR e que, ao final do trabalho, os resultados do projeto são avaliados pela área técnica antes de serem entregues ao usuário.

Grupo de Trabalho sobre Sigilo de Informações em Grades Estatísticas

Em 2013, a Portaria da Presidência nº. 485, de 06/12/2013, criou o “Grupo de Trabalho sobre sigilo de informações em grades estatísticas”, encarregado de desenvolver estudos e procedi-

mentos que possibilitem manter o sigilo das informações individualizadas na disseminação de dados através de grades estatísticas, isto é, para pequenas porções do território, denominadas grades. A referida Portaria também designa os servidores que compõem o Grupo de Trabalho (GT) constituído por representantes da DPE, CDDI, DGC, DI e ENCE.

Por definição, uma grade estatística é uma estrutura espacial arbitrária e hierárquica composta por células regulares e utilizada para disseminar dados estatísticos agregados. Uma grade estatística deve apresentar as seguintes características:

- Independência de limites-políticos e administrativos, o que viabiliza a comparabilidade espacial;
- Pequena dimensão, o que permite a composição de recortes espaciais;
- Estrutura de dados no formato vetorial ou matricial;
- Estrutura hierárquica, o que permite análises multi-escala;
- Distribuição regular, trazendo eficiência computacional;
- Ser inalterável ao longo do tempo, o que viabiliza a comparabilidade temporal.

O texto a seguir foi extraído do relatório preparado pelo Grupo de Trabalho, que pode ser encontrado na página da intranet da Diretoria de Pesquisas.

“Por oferecer um maior detalhamento, as grades regulares estatísticas aumentam as chances de uma quebra de sigilo: dados associados às coordenadas geográficas quebram o sigilo, por definição.

A utilização de dados geoespaciais juntamente com tecnologias afins permite aos pesquisadores e tomadores de decisão entender melhor as relações dinâmicas entre os fatores críticos para a pesquisa em muitas áreas. Desenvolvimentos em sensoriamento remoto e tecnologia de computação têm melhorado a resolução dos dados geoespaciais e facilitado a integração destes dados com outros, oferecendo uma maior capacidade de análise das informações.

Na medida em que os dados são espacialmente precisos, existe um aumento correspondente no risco de identificação das pessoas ou organizações para os quais os dados se aplicam. Com a identificação, há o risco de vários tipos de danos para aqueles identificados, além da quebra do compromisso de confidencialidade assumido para a obtenção dos dados.

Uma vez entendidos os benefícios e riscos do uso de dados geoespaciais em combinação com informações individuais, há a necessidade de desenvolver e implementar medidas adequadas para minimizar a divulgação de dados confidenciais e maximizar a utilização de dados geoespaciais.

O relatório contém recomendações, discutidas no Conselho Diretor, que apontou algumas de-

finições de curto prazo, e a constatação da necessidade de dar continuidade aos estudos sobre tratamento da confidencialidade em divulgações geoespaciais para, por exemplo, considerar o problema da diferenciação que surge envolvendo grade e setor censitário, na divulgação de resultados para a próxima operação censitária. Isso implica a necessidade de decisão conjunta de quais variáveis divulgar na base de informações agregadas por setor censitário e por grade, bem como os correspondentes procedimentos de desidentificação.

Referências

Capítulo 1

CONHECIMENTOS sobre o IBGE para o Concurso 2013 - Nível Médio. Rio de Janeiro: IBGE. 2013. (Apostila).

METODOLOGIA do Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE. (Série Relatórios Metodológicos, volume 25). 2003.

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2000.

GONÇALVES, Jayci de Mattos Madeira. IBGE: um retrato histórico. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Documentação e Biblioteca, 1995. 61p. (Documentos para Disseminação. Memória Institucional / IBGE. CDDI).

IBGE. Memória. Núcleo virtual da Rede de Memória do IBGE. Divulga publicações, vídeos, instrumentos de pesquisa, sínteses históricas, depoimentos e demais produtos de memória empresarial construídos pelos servidores do IBGE. Disponível em: <http://memoria.ibge.gov.br/>. Acesso em: 21/08/2015.

PLANO Estratégico 2012-2015 - Edição revisada. Rio de Janeiro: IBGE. Março de 2015. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/planejamento_estrategico_ibge_2012_2015.pdf

Capítulo 2

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Portal de TIC do IBGE: Organograma. Disponível em: http://w3.di.ibge.gov.br/DIGAB/SobreDI/organograma_setembro_2014.aspx. Acesso em 25/07/2015.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Intranet CDDI. Organograma. Disponível em <http://w3.cddi.ibge.gov.br/organizacao.asp>. Acesso em 30/07/2015.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. W3 DGC. Organograma. Disponível em: http://w3.dgc.ibge.gov.br/gabdgc/estrut_dgc.htm. Acesso em 30/07/2015.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Intranet DPE. Organograma. Disponível em: http://w3.dpe.ibge.gov.br/dpegab/organograma_completo/organograma.pdf. Acesso em 30/07/2015.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/regimento.pdf>. Acesso em 30/07/2015.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Diretoria Executiva. Organograma. Disponível em: <http://portal.de.ibge.gov.br/group/ibgede/organograma>. Acesso em 01/08/2015.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Organograma. <http://www.ence.ibge.gov.br/index.php/portal-a-ence/organograma>. Acesso em 08/08/2015.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Presidência: Sistema de Informações Administrativas – SIAD. Disponível em: <http://notesweb.ibge.gov.br/DI/CODES/IBGE/SIAD.nsf/cqweb?OpenFrameSet>. Acesso em 30/07/2015.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Banco de Dados Operacionais. Disponível em: <http://w3.bdo.ibge.gov.br/index.php?r=site/login>. Acesso em: 01/08/2015.

Wikipedia: A enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Órgão_colegiado. Acesso em 01/08/2015.

Dicionário Online de Português. Seccionais. Disponível em: www.dicio.com.br/seccionais/. Acesso em: 13/11/2015.

Capítulo 3

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O que é Geodésia. In: IBGE - 7 a 12 anos. Disponível em: <http://7a12.ibge.gov.br/especiais/geodesia>. Acesso em 29/08/2015.

_____. Classificação dos Produtos da DGC. Disponível em: http://w3.dgc.ibge.gov.br/ClassTema/ClassTemat_DGC/index.html. Acesso em 01/09/2015.

_____. Geodésia. Introdução. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geodesia/default.shtm>. Acesso: 29/08/2015.

_____. Glossário de cartografia. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/glossario/glossario_cartografico.shtm. Acesso em: 01/09/2015.

_____. Guia de atividades de geociências do IBGE para jornalistas. Documento interno. Rio de Janeiro, 2014, 47p.

_____. Mapas Interativos. Disponível em <http://mapas.ibge.gov.br/interativos/ferramentas/sig-ibge-aplicativo>. Acesso em 05/09/2015.

_____. Relatório do Grupo de Trabalho sobre a proposição de uma trilha de conhecimentos necessários ao desenvolvimento do Técnico a ser lotado nas Agências do IBGE a partir de 2014. Rio de Janeiro. Documento interno. 33p., 2013.

MundoGEO. CONCAR lança o portal SIG Brasil. Disponível em: <http://mundogeo.com/blog/2010/05/14/concar-lanca-o-portal-sig-brasil/>, 14 de maio de 2010. Acesso em 05/09/2015.

Sócio ambiental. PARNA do Pico da Neblina. Disponível em: <http://uc.socioambiental.org/Imagem>. Acesso em 08/09/2015.

Wikipédia: A enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki>. Acesso em 01/09/2015.

Wikipédia, a enciclopédia livre. Monte Roraima –. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Monte_Roraima. Acesso em 07/09/2015.

Capítulo 4

AS ATIVIDADES do IBGE no fomento do planejamento estratégico do Estado, Audiência Pública, 13 de junho de 2013. 32p.

BANCO de Metadados Estatísticos do IBGE. Disponível em: <https://metadados.ibge.gov.br/consulta/defaultEstatistico.aspx>.

CÓDIGO de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 48p. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/codigo_boas_praticas.shtm.

PRINCÍPIOS fundamentais das estatísticas oficiais. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/principios_fundamentais_estatisticas.shtm.

Série Relatórios Metodológicos. Divulga as metodologias empregadas nas diversas fases do planejamento e execução das pesquisas do IBGE. Disponível em: http://w3.dpe.ibge.gov.br/ddi/relat_metodologico.htm.

Capítulo 5

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Área Territorial Brasileira <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principal.shtm>. Acesso: 20/09/2015.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Cronologia da Rede de Coleta. Disponível em <http://memoria.ibge.gov.br/historia-das-ues.html>. Acesso: 20/09/2015.

_____. Estimativa populacional do IBGE publicada no D.O.U de 1/07/2013. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativas_2014_TCU.pdf. Acesso em 21/09/2015.

_____. História das Estatísticas Brasileiras[Nelson Senra].Volume 03: Estatísticas Organizadas(C.1936-C.1972). Rio de Janeiro: IBGE, 2008, 911p.

_____. Lista de Agências Ativas por UF. Disponível em: <http://w3.bdo.ibge.gov.br/index.php?r=administrativos/recursos/agencias/listaAgenciasPorUF>. Acesso: 20/09/2015.

_____. Manual de Ambientação do Novo Servidor. Rio de Janeiro. 2010, 88p.

_____. Metodologia do Censo Demográfico 2010. IBGE.2013, volume 41, 712p.

_____. Plano Estratégico 2012-2015. Rio de Janeiro, 2012, 78p.

_____. Projeto História das Unidades Estaduais do IBGE. Disponível em: <http://memoria.ibge.gov.br/historia-das-ues/o-projeto>. Acesso: 16/10/2015.

Capítulo 6

CÓDIGO de boas práticas das estatísticas do IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 48p. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/codigo_boas_praticas.shtm.

KOELLER, P.; Vilhena, F. e Zacharias, M.L.B. Disponibilização de Acesso a Microdados em Institutos Nacionais de Estatística Experiência de países selecionados e Eurostat. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas. 2013. (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, n. 44)

IBGE. Intranet DPE. Diretoria de Pesquisas. Sigilo de Informações. Contém documentos sobre Legislação; Comitê de Sigilo; Acesso a microdados não desidentificados - usuários externos; Acesso a microdados não desidentificados - para uso em programas de pós-graduação por servidores do IBGE; Grupo de Trabalho sobre sigilo de informações em grades estatísticas; e bibliografia. Disponível em: <http://w3.dpe.ibge.gov.br/V2sigilo.htm>. Acesso em: 14/09/2015.

METODOLOGIA do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE. 2013. 712p. (Série Relatórios Metodológicos v. 41).

PRINCÍPIOS fundamentais das estatísticas oficiais. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/principios_fundamentais_estatisticas.shtm.

RELATÓRIO do Grupo de Trabalho sobre Sigilo de Informações em Grades Estatísticas. Rio de Janeiro: IBGE. Março de 2015. 82p. Disponível em <http://w3.dpe.ibge.gov.br/V2sigilo.htm>. Acesso em 15/09/2015.

Anexos

Anexo 1



Estação passiva, marco padrão IBGE. A cor laranja é utilizada para facilitar a localização. A chapa, com o código da estação, é fixada no topo.



Coleta de dados realizada, em campo. GPS geodésico posicionado sobre estação geodésica passiva, uma chapa cravada em rocha no Pico da Neblina.



Estação ativa da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo.

Estação(ativa) Maregráfica de Salvador.



[Retornar para referência.](#)

Anexo 2



[Retornar para referência.](#)

Anexo 3



[Retornar para referência.](#)

Anexo 4



[Retornar para referência.](#)

Anexo 5

Anexo 5A

Estação Meteo-Maregráfica - Santana

Localização: **Porto de Santana**

Identificação: **EMSAN**

Cidade/Estado: **Santana/AP**

Coordenadas aproximadas (SIRGAS 2000): **00° 03' 41" S, 51° 10' 04" O**

Início da operação: **junho de 2005**

Instrumental: **marégrafo convencional – autonomia semanal, marégrafo digital (pressão) (figura 1), régua padrão RMPG, plataforma meteorológica (figura 2)**

Taxa de coleta dos dados: **5 min**

Estações Geodésicas de referência: **4010-V, 4027-C, 4027-D, 4027-E**

Instituição conveniada: **Companhia Docas de Santana (CDSA)**



Figura 1.



Figura 2.

[Retornar para referência.](#)

Anexo 5B

Estação Maregráfica - Fortaleza

Localização: **Porto de Mucuripe**

Identificação: **EMFOR**

Cidade/Estado: **Fortaleza/CE**

Coordenadas aproximadas (SIRGAS 2000): **03° 42' 52" S, 38° 28' 36" O**

Início da operação: **dez/2007 (marégrafo convencional), abr/2008 (marégrafos digitais)**

Instrumental: **marégrafo convencional – autonomia semanal, marégrafos digitais (encoder, radar), régua padrão RMPG**

Taxa de coleta dos dados: **5 min (encoder), 1 min (radar)**

Estações Geodésicas de referência: **4336-A, 9320-P, 9320-R, 9320-S, 9320-T**

Instituição conveniada: **Companhia Docas do Ceará (CDC)**



[Retornar para referência.](#)

Anexo 5C

Estação Maregráfica - Salvador

Localização: **Capitania dos Portos**

Identificação: **EMSAL**

Cidade/Estado: **Salvador/BA**

Coordenadas aproximadas (SIRGAS 2000): **12° 58' 26" S, 38° 31' 02" O**

Início da operação: **dez/2002 (marégrafo convencional), de out/2004 a abr/2008 (marégrafo digital - acústico), abr / 2008 (marégrafos digitais)**

Instrumental: **marégrafo convencional – autonomia semanal (figura 1), marégrafos digitais (encoder, radar) (figura 2), régua padrão RMPG**

Taxa de coleta dos dados: **5 min (encoder), 1 min (radar)**

Estações Geodésicas de referência: **3630-T, 3630-U, 3631-G, 3630-V=SAT 93191, 3630-V, 3630-X, 292-X, 3640-A = SAT 93192**

Instituição conveniada: **Centro de Hidrografia da Marinha (CHM)**



Figura 1.



Figura 2.

[Retornar para referência.](#)

Anexo 5D

Estação Maregráfica - Macaé

Localização: **Porto de Imbetiba**

Identificação: **EMMAC**

Cidade/Estado: **Macaé/RJ**

Coordenadas aproximadas (SIRGAS 2000): **22° 23' 08" S, 41° 46' 10" O**

Início da operação: **nov/1994 (marégrafo convencional), jul/2001 (marégrafo digital)**

Instrumental: **marégrafo convencional – autonomia semanal, marégrafo digital (pressão), régua padrão RMPG**

Taxa de coleta dos dados: **5 min**

Estações Geodésicas de referência: **3086-N, 3086-P, 3086-R, 3086-T, 3086-U**

Instituição conveniada: **Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)**



[Retornar para referência.](#)

Anexo 5E

Estação Meteo-Maregráfica - Imbituba

Localização: **Porto de Imbituba**

Identificação: **EMIMB**

Cidade/Estado: **Imbituba/SC**

Coordenadas aproximadas (SIRGAS 2000): **28° 13' 52" S, 48° 39' 02" O**

Início da operação: **set/1998 (marégrafo convencional), ago/2001 (marégrafo digital)**

Instrumental: **marégrafo convencional – autonomia semanal, marégrafo digital (pressão) (figura 1), régua padrão RMPG, plataforma meteorológica (figura 2)**

Taxa de coleta dos dados: **5 min**

Estações Geodésicas de referência: **4-X, 3010-A, 3010-B, 3010-C, 3012-X, 3012-Z, 9302-X, 3-M, SAT 91854**

Instituição conveniada: **Companhia Docas de Imbituba (CDI)**



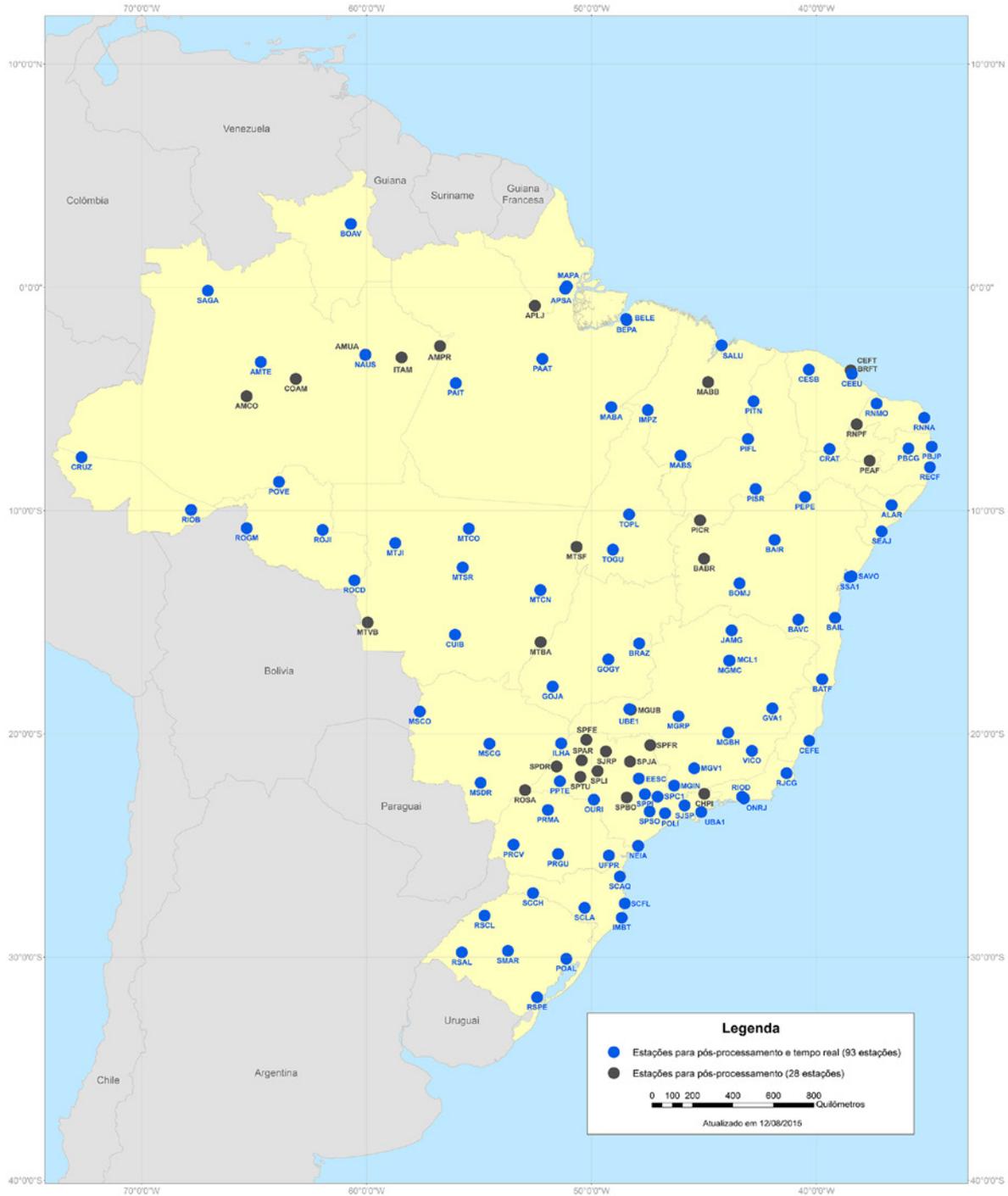
Figura 1.



Figura 2.

[Retornar para referência.](#)

Anexo 6



[Retornar para referência.](#)

Anexo 7

Pontos culminantes

| Nome | Localidade | Altitudes antigas (m) | Altitudes novas (m) |
|-------------------------|------------------------------|-----------------------|---------------------|
| Pico da Neblina | Serra do Imeri (AM) | 3014,1 | 2993,78 |
| Pico 31 de Março | Serra do Imeri (AM) | 2992,4 | 2972,66 |
| Pico da Bandeira | Serra do Caparaó (MG/ES) | 2889,8 | 2891,98 |
| Pico da Mina | Serra da Mantiqueira (MG/SP) | 2770,0 | 2798,39 |
| Pico das Agulhas Negras | Serra do Itatiaia (MG/RJ) | 2787,0 | 2791,55 |
| Pico do Cristal | Serra do Caparaó (MG) | 2780,0 | 2769,76 |
| Monte Roraima | Serra do Pacaraima (RR) | 2739,3 | 2734,06 |



Serra do Caparaó.



Monte Roraima.



Pico da Neblina.

[Retornar para referência.](#)

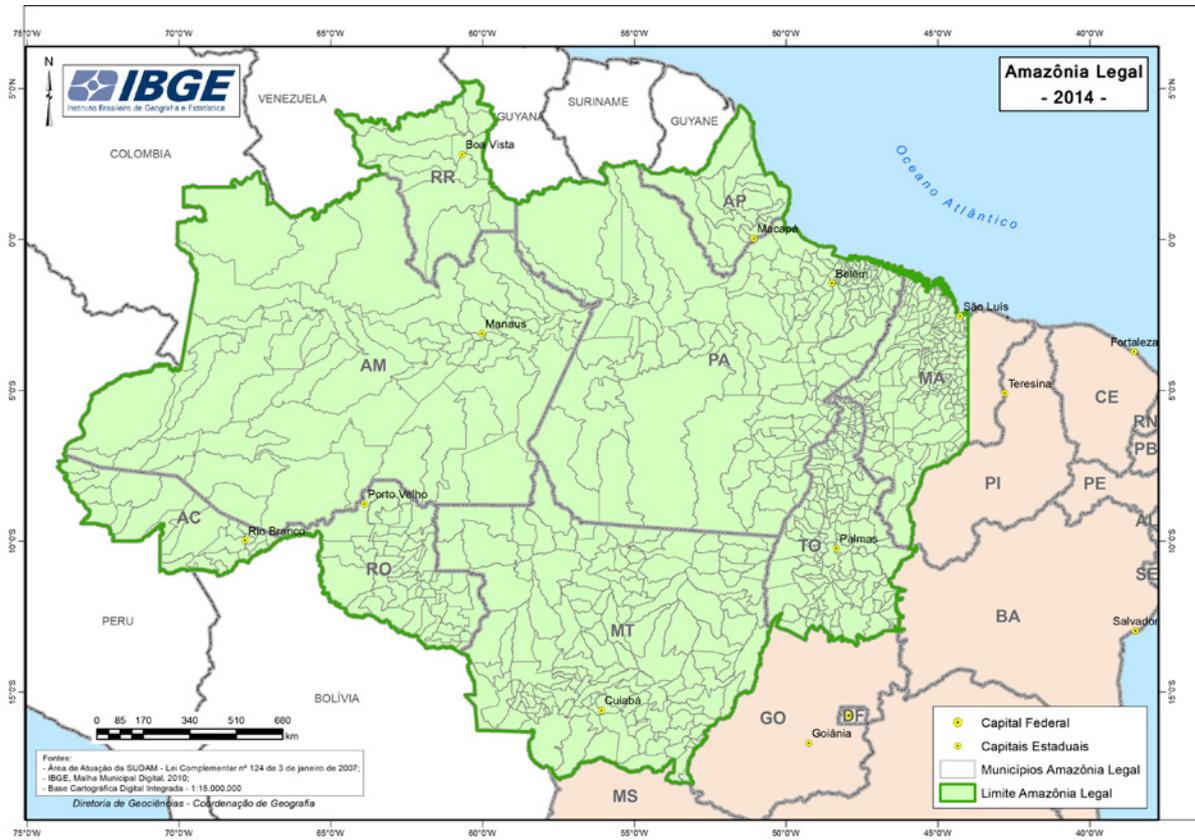
Anexo 8



Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala 1:250.000.

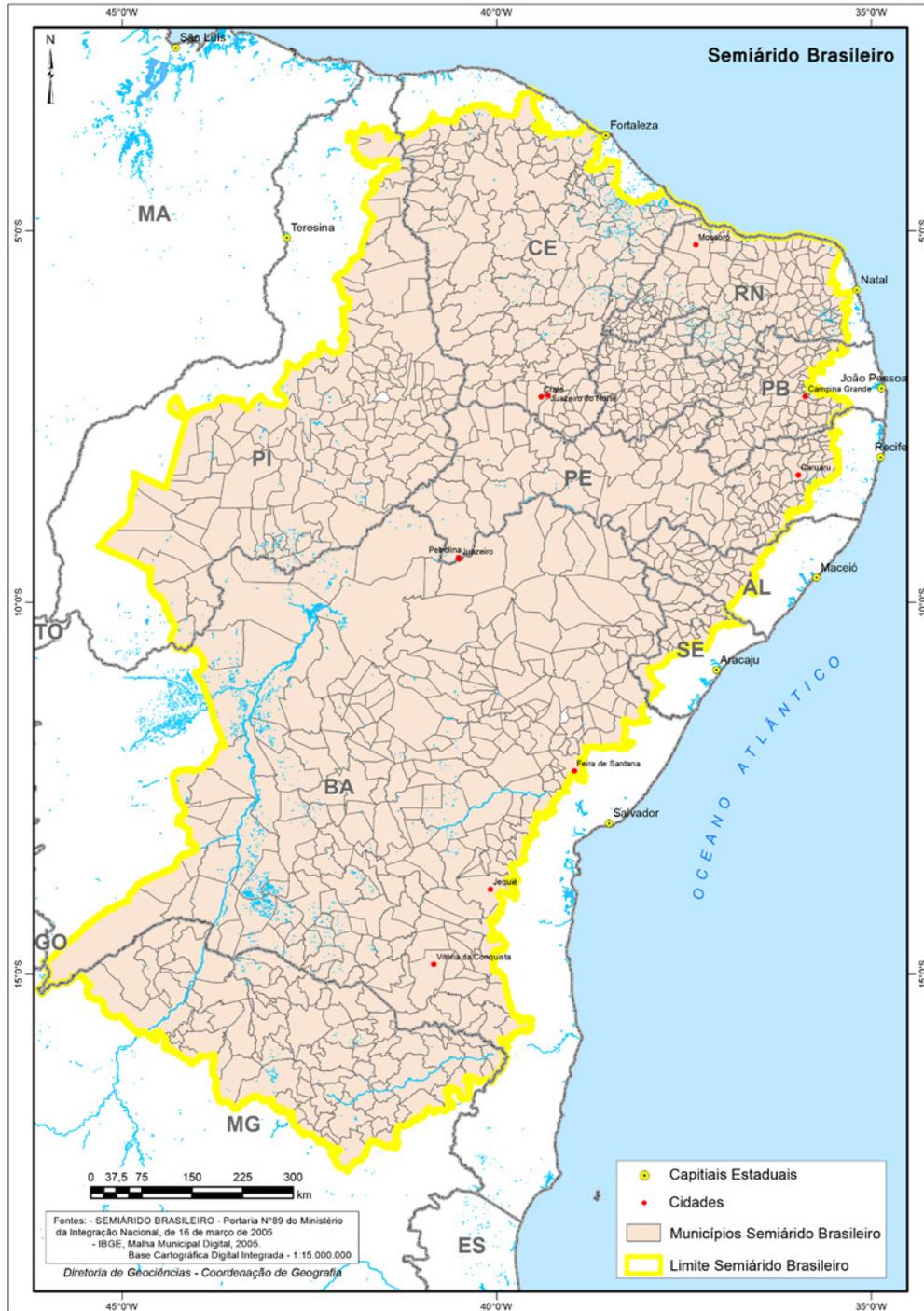
[Retornar para referência.](#)

Anexo 11



[Retornar para referência.](#)

Anexo 12



[Retornar para referência.](#)

Anexo 13

Cronologia da rede de coleta do IBGE (1936-2002)

Principais marcos cronológicos da história da “rede de coleta” de informações estatísticas e das representações do IBGE em cada Unidade da Federação.

1936 Efetiva instalação do **Instituto Nacional de Estatística (INE)** e **celebração da Convenção Nacional de Estatística**, que prevê a criação de repartições locais ou regionais para coleta de informações estatísticas, tendo em vista a construção de um sistema estatístico nacional.

1938 Criação de uma **Delegacia Geral** do Instituto Nacional de Estatística (INE) em Salvador (BA), com jurisdição extensiva a todo o território norte da República, a partir do Espírito Santo, para prestar assistência técnica às repartições regionais. Em 1939 ela viria a chamar-se Inspeção Geral.

1942 Criação das **Seções de Estatística Militar**, instâncias coletoras de dados estatísticos localizadas nas capitais e submetidas à coordenação do IBGE e de órgãos militares regionais.

Início da celebração de **Convênios Nacionais de Estatística Municipal**, que regulam a criação e funcionamento de **Agências Municipais de Estatística (AMEs)** por meio de acordos entre a União, estados e municípios, com base no princípio da **cooperação interadministrativa**. As AMEs eram subordinadas às Prefeituras, que delegavam competência ao IBGE para vincular tecnicamente as Agências às regras do sistema estatístico nacional.

Instituição de uma “**Cota de Estatística**”, imposto cobrado sobre “diversões públicas”. A “cota” ou “selo de estatística” só seria regulamentado(a) e passaria a vigorar em 1944, gerando recursos para uma Caixa Nacional de Estatística Municipal. A taxa seria extinta em 1967.

1944 Criação das **Inspetorias Regionais de Estatística Municipal (IRs)**, representações que o IBGE mantinha em cada unidade federativa. Às Inspetorias cabia a prestação de assessoria técnica às AMEs e, ainda, a fiscalização do recolhimento do “selo de estatística”.

Criação das **Comissões Revisoras de Estatística Municipal (CREMs)**, constituídas de servidores das IRs e dos Departamentos Estaduais de Estatística (DEEs). As CREMs ficavam

encarregadas de efetuar a revisão do trabalho de coleta estatística municipal realizado pelas AMEs. Elas seriam suspensas no ano seguinte.

1946 Criação da **carreira de Agente de Estatística**, do Quadro de Agências Municipais de Estatística e do Quadro das Inspetorias Regionais de Estatística Municipal.

Criação das Agências Modelo na organização dos serviços municipais de estatística. A estas, além das atribuições normais de uma AME, cabia também coordenar e supervisionar as atividades de agências sob sua jurisdição, bem como promover o treinamento e aperfeiçoamento do pessoal lotado em sua área.

1968 Criação da **Coordenação Geral da Rede de Coleta**, primeira alteração na estrutura dos serviços de coleta de informações estatísticas feita após a criação da Fundação IBGE (que substituiu a autarquia IBGE em 1967). Essa medida visava à centralização da coordenação das atividades técnicas e administrativas das instituições responsáveis pelo serviço de coleta.

1969 Extinção das Inspetorias Regionais de Estatística Municipal e criação das **Delegacias de Estatística do Instituto Brasileiro de Estatística (IBE)** nos estados, as **DELESTs**.

1970 Criação da **Rede Nacional de Núcleos de Coleta Estatística**.

1971 Criação da **Rede Nacional de Agências de Coleta**.

1971-1973 Extinção progressiva das Agências Municipais de Estatística (AMEs), que foram incorporadas à estrutura do IBGE ou extintas. As que foram “absorvidas” passaram a chamar-se simplesmente “Agências de Coleta”.

1975 As Delegacias de Estatística do IBE (DELESTs) são transformadas em **Delegacias do IBGE nos estados (DELIBGEs)**. Tal mudança não foi acompanhada de mudanças funcionais e organizacionais significativas.

1977 As Delegacias do IBGE (DELIBGEs) são submetidas a uma ampla reestruturação em suas atribuições, competências e organização. Sua nomenclatura foi mantida: seriam Delegacias do IBGE nos estados, substituindo somente a sigla DELIBGEs por DEGEs.

1990 Criação dos **Departamentos Regionais (DEREs)**, instâncias subordinadas à Presidência do IBGE com jurisdição sobre as representações do órgão em uma ou mais Unidades

Federativas. Nessa mesma reforma, as DEGEs foram extintas e substituídas por **Escritórios Estaduais (ESETs) e as Divisões de Pesquisa (DIPEQs)** em cada Unidade Federativa.

1992 Todos os ESETs tornam-se **Divisões de Pesquisa (DIPEQs)**, uma para cada Unidade da Federação.

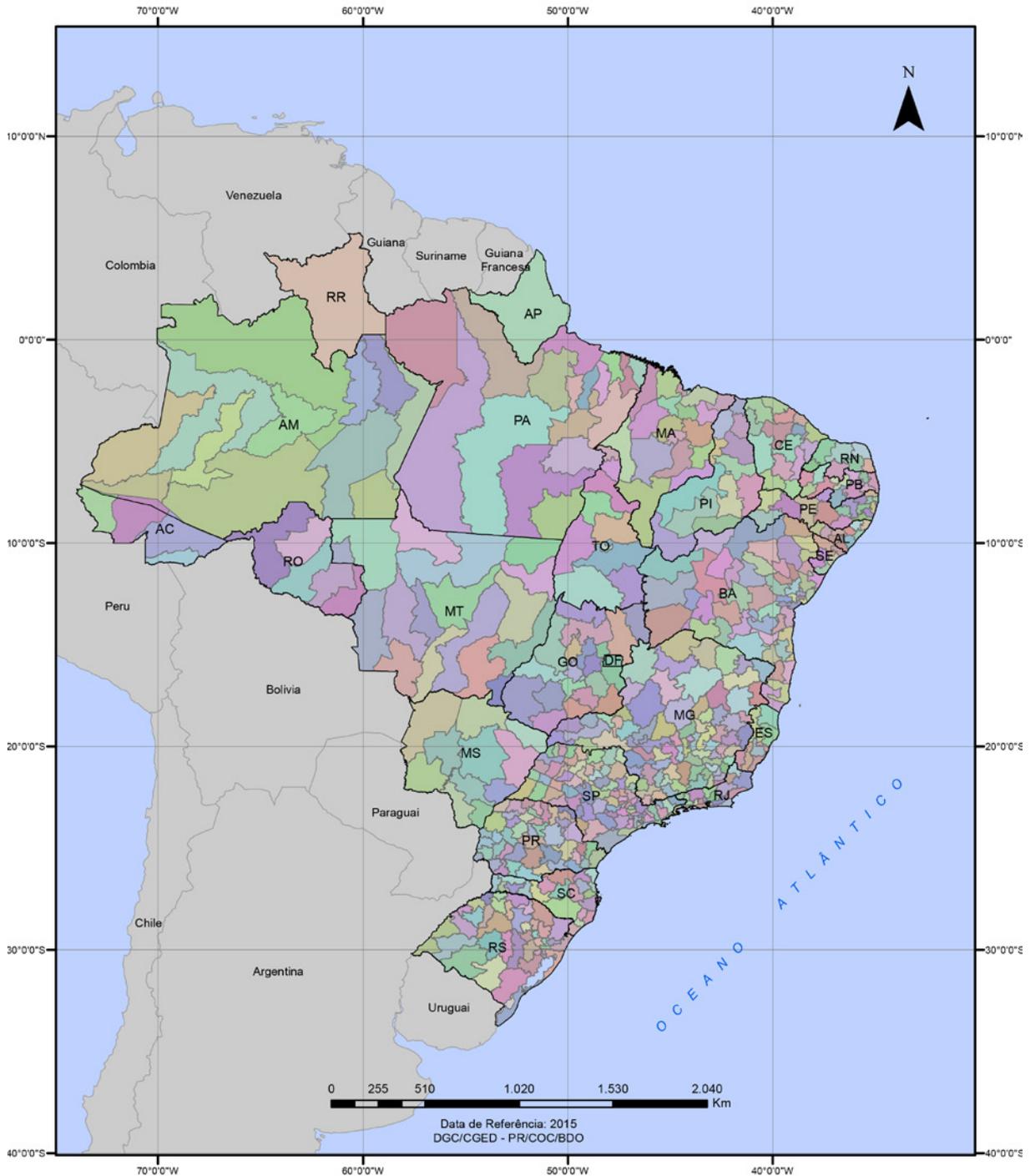
1999 O **Projeto Presença** inicia ampla pesquisa sobre a estrutura e funcionamento das representações do IBGE nos estados e municípios, intitulada “A presença nacional do IBGE, do presente ao futuro. O futuro desejável e o futuro possível”.

2002 Criação das **Unidades Estaduais do IBGE (UEs)** com base em conclusões do Projeto Presença, publicadas em 2001. São extintos os DEREs e as DIPEQs.

[Retornar para referência.](#)

Anexo 14

Área de abrangência das Agências do IBGE e Unidades da Federação - 2015



[Retornar para referência.](#)

Anexo 15

Quantitativo das Agências por Unidades da Federação

AC Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Tarauacá, Brasília *4*

AL Santana do Ipanema, São Miguel dos Campos, Viçosa, Arapiraca, Delmiro Gouveia, Maceió, Palmeira dos Índios, Penedo, Porto Calvo, União dos Palmares *10*

AM UE/Amazonas, Carauari, Coari, Eirunepé, Itacoatiara, Manacapuru, Manicoré, Parintins, Tefé, Humaitá, Tabatinga *11*

AP UE /Amapá *1*

BA Jequié, Santo Amaro, Livramento de Nossa Senhora, Santana, Valença, Cachoeira, Jeremoabo, Juazeiro, Morro do Chapéu, Paulo Afonso, Poções, Remanso, Ribeira do Pombal, Salvador I, Santo Antônio de Jesus, São Francisco do Conde, Seabra, Senhor do Bonfim, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Xique-Xique, Barreiras, Eunápolis, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Camaçari, Conceição do Coité, Cruz das Almas, Euclides da Cunha, Feira de Santana, Guanambi, Ipiaú, Ipirá, Riachão do Jacuípe, Santa Maria da Vitória, Serrinha, Alagoinhas, Cipó, Ibotirama, Caetité, Esplanada, Jaguaquara, Irecê, Ilhéus, Itaberaba, Itabuna, Itamaraju, Itapetinga, Jacobina, Porto Seguro, Santa Rita de Cássia, Salvador II *52*

CE Baturité, Canindé, Crato, Fortaleza I, Iguatu, Russas, Itapagé, Itapipoca, Quixadá, Fortaleza II, Limoeiro do Norte, Crateús, Jaguaribe, Juazeiro do Norte, Sobral, Tianguá *16*

DF Gama, Sobradinho, Taguatinga, Brasília *4*

ES Colatina, Guarapari, Linhares, São Mateus, Vila Velha, Alegre, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Serra, Vitória *10*

GO Ceres, Goiás, Iporá, Itumbiara, Jaraguá, Jataí, Luziânia, Morrinhos, Pires do Rio, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Catalão, Formosa, Goiânia I, Inhumas, Porangatu, Uruaçu, Posse, Rio Verde, Quirinópolis, Goiânia II *21*

MA Viana, Santa Inês, Itapecuru Mirim, Balsas, Pinheiro, Bacabal, Caxias, Chapadinha, Imperatriz, Pedreiras, Presidente Dutra, São Bernardo, São João dos Patos, São Luís, Timon, Barreirinhas, São José de Ribamar, Governador Nunes Freire, Grajaú *19*

MG BH-Norte, Brasília de Minas, Cambuí, Carangola, Caratinga, Cataguases, Caxambu, Conceição do Mato Dentro, Contagem, Coromandel, Diamantina, Poços de Caldas, Ponte Nova,

Capelinha, Itabira, Muriaé, BH-Leste, Formiga, Governador Valadares, Guaxupé, Piumhi, Monte Carmelo, Divinópolis, Varginha, Ipatinga, Itaobim (Desativada), Rio Casca, Rio Pomba, Salinas, São Gotardo, São João Del Rei, Teófilo Otoni, Três Corações, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, Viçosa, Patrocínio, Itaúna, Iturama, Janaúba, Janaúria, João Monlevade, Juiz de Fora, Lavras, Leopoldina, Manhuaçu, Mantena, Montes Claros, Nanuque, Pará de Minas, Itajubá, Ituiutaba, Ouro Preto, Passos, Paracatu, Patos de Minas, Abaeté, Aimorés, Além Paraíba, Alfenas, Almenara, São Lourenço, Sete Lagoas, Ubá, Unaí, Araguari, Araxá, Barbacena, Betim, Bicas, Bom Despacho, Pouso Alegre, BH-Oeste, Pedro Leopoldo, Pirapora, Campo Belo, BH-Noroeste, Conselheiro Lafaiete, Frutal, BH-Centro Sul, Curvelo, Araçuaí, Guanhães, Jequitinhonha, Peçanha, Rio Pardo de Minas *87*

MS Coxim, Ponta Porã, Dourados, Naviraí, Paranaíba, Aquidauana, Corumbá, Três Lagoas, Campo Grande, Jardim, Nova Andradina *11*

MT Nortelândia, Barra do Garças, Barra do Bugres, Cáceres, Sinop, Rondonópolis, Cuiabá, Água Boa, Alta Floresta, Alto Araguaia, Confresa, Juína, Pontes e Lacerda, São Félix Do Araguaia, Sorriso, Várzea Grande *16*

PA UE/Pará, Castanhal, Abaetetuba, Almeirim, Altamira, Bragança, Cametá, Conceição do Araguaia, Marabá, Óbidos, Paragominas, Santarém, Breves, Xinguara, Capanema, Soure, Tucuruí *17*

PB João Pessoa I, Areia, Campina Grande, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, Patos, Pombal, Sousa, Santa Luzia, Sumé, João Pessoa II *12*

PE Arcoverde, Limoeiro, Jaboatão dos Guararapes, Recife II (Norte), Caruaru, Garanhuns, Salgueiro, Olinda, Ouricuri, Palmares, Belo Jardim, Petrolina, Recife I (Centro), Recife III (Sul), Serra Talhada, Timbaúba, Vitória de Santo Antão, Afogados da Ingazeira, Carpina, Escada *20*

PI Valença do Piauí, São Raimundo Nonato, Campo Maior, Canto do Buriti, Corrente, Floriano, Oeiras, Piripiri, Barras, Parnaíba, Teresina, Picos *12*

PR Apucarana, Assis Chateaubriand, Curitiba/Bacacheri, Campo Mourão, Capanema, Pato Branco, Ponta Grossa, Rio Negro, Santo Antônio da Platina, Telêmaco Borba, Curitiba/Centro, Cianorte, Colorado, Toledo, Umuarama, Jaguariaiva, Arapongas, Nova Londrina, União Da Vitória, Curitiba/Portão, Cascavel, Cornélio Procópio, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guaíra, Guarapuava, Ibaiti, Ivaiporã, Jacarezinho, Maringá, Medianeira, Irati, Londrina, Paranaguá, Paraíso do Norte, Paranaíba, Goioerê, Campo Largo, Curitiba/Pinheirinho, Colombo, Faxinal, Guaraniaçu, Laranjeiras do Sul, Palmas, Pinhais, Pitanga, Rolândia, São José dos Pinhais, São Mateus Do Sul *49*

RJ Campo Grande, Campos, Barra do Piraí, Cabo Frio, São Gonçalo, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Ramos, Resende, Santo Antônio de Pádua, Copacabana, Duque de Caxias, Itaboraí, Macaé, Madureira, Méier, Itaperuna, Volta Redonda, Petrópolis, Itaguaí, Centro, Jacarepaguá, Tijuca, Teresópolis **25**

RN Açu, Caicó, Mossoró, Natal, Pau dos Ferros, Santa Cruz, Parnamirim **7**

RO Ji-Paraná, Cacoal, Porto Velho, Vilhena, Ariquemes **5**

RR UE/Roraima **1**

RS Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Camaquã, São Leopoldo, Veranópolis, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Santa Cruz Do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santana do Livramento, Santiago, Santo Ângelo, São Jerônimo, Carazinho, Osório, Guaporé, Rio Grande, Alegrete, Erechim, Tapejara, Palmeira das Missões, Caxias Do Sul, Porto Alegre, Cerro Largo, Cruz Alta, Três Passos, Uruguaiiana, Viamão, Canoas, Taquara, Frederico Westphalen, Canela, Ijuí, Lagoa Vermelha, Lajeado **38**

SC Araranguá, Blumenau, Brusque, Chapecó, Concórdia, Florianópolis, Itajaí, Joaçaba, Joinville, Palmitos, Rio do Sul, Criciúma, São Miguel do Oeste, Tubarão, Orleans, São Lourenço do Oeste, Lages, Jaraguá Do Sul, Curitibanos, Canoinhas, Videira **21**

SE Aracaju, Lagarto, Nossa Senhora das Dores, Propriá, Itabaiana, Estância **6**

SP Votuporanga, Guarulhos, Itanhaém, Itapeverica da Serra, Valinhos, SP-Centro 1, SP-Leste I, SP-Leste III, SP-Leste IV, Sp-Norte III, SP-Sudeste I, SP-Sudeste II, SP-Sul II, SP-Sul III, Mogi-Mirim, Araraquara, São Vicente, SP-Leste II, SP-Norte II, SP-Oeste II, Santo André, Registro, SP-Sul I, Sertãozinho, Novo Horizonte, Barretos, Barueri, Bebedouro, Birigui, Bragança Paulista, SP-Centro 2, SP-Norte I, Assis, Itapetininga, Itapeva, Jales, Jaú, Marília, Mauá, Monte Aprazível, Nova Granada, Osasco, Itaquaquecetuba, Jacareí, SP-Oeste I, São Joaquim da Barra, Tatuí, Itu, Pereira Barreto, Dracena, Santos, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Sebastião, Suzano, Taquaritinga, Taubaté, Tietê, Tupã, Ourinhos, Paraguaçu Paulista, Penápolis, Pindamonhangaba, Piracicaba, Pirassununga, Piraju, Presidente Venceslau, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santa Fé Do Sul, Adamantina, Americana, Amparo, Andradina, Araçatuba, Campinas, Catanduva, Cruzeiro, Diadema, Fernandópolis, Franca, Caieiras, Bauru, Lins, São Carlos, Araras, Limeira, Sumaré, Presidente Prudente, Avaré, Botucatu, Sorocaba, Jundiaí, Guaratinguetá, Itararé, Mogi das Cruzes **100**

TO UE/Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Miracema do Tocantins, Porto Nacional, Tocantinópolis, Colinas do Tocantins, Araguatins, Paraíso Do Tocantins, Araguaína **10**

Total 585

[Retornar para referência.](#)